

**FACULDADE DO VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

KAIQUE ANTONIO DE SOUZA

**RELAÇÃO ENTRE INDICADORES FINANCEIROS E A DEMONSTRAÇÃO DOS
FLUXOS DE CAIXA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO: Estudo de Caso
na Empresa Madeireira Richter Ltda**

Juína-MT

2018

FACULDADE DO VALE DO JURUENA

KAIQUE ANTONIO DE SOUZA

**RELAÇÃO ENTRE INDICADORES FINANCEIROS E A DEMONSTRAÇÃO DOS
FLUXOS DE CAIXA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO: Estudo de Caso
na Empresa Madeireira Richter Ltda**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da AJES - Faculdade do Vale do Juruena, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Professora Esp. Antonielle Pagnussat.

Juína-MT

2018

FACULDADE DO VALE DO JURUENA

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Linha de Pesquisa: Ferramentas Contábeis para a Tomada Decisão.

SOUZA, Kaique Antonio de. **Relação entre Indicadores Financeiros e a Demonstração dos Fluxos de Caixa no Processo de Tomada de Decisão:** Estudo de Caso na Empresa Madeireira Richter Ltda. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – AJES -Faculdade do Vale do Juruena, Juína-MT, 2018.

Data da Defesa: 13/11/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Esp. Antonielle Pagnussat

ISE/AJES

Membro Titular: Prof. Me. Wilson Antunes de Amorim

ISE/AJES

Membro Titular: Profa. Esp. Jaqueline Marques da Silva

ISE/AJES

Local: Associação Juinense de Ensino Superior

AJES – Associação Juinense de Ensino Superior

AJES – Unidade Sede, Juína-MT

DECLARAÇÃO DE AUTOR

Eu, Kaique Antonio de Souza, portador da Cédula de Identidade – RG nº 2.475.362-9 SSP/MT, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF sob nº 057.499.931-08, DECLARO e AUTORIZO, para fins de pesquisa acadêmica, didática ou técnico-científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Relação entre Indicadores Financeiros e a Demonstração dos Fluxos de Caixa no Processo de Tomada de Decisão: Estudo de Caso na Empresa Madeireira Richter Ltda”, pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e ao autor.

Autorizo, ainda, a sua publicação pela AJES, ou por quem dela receber a delegação, desde que também seja feita referência à fonte e ao autor.

Juína-MT, 13 de Novembro de 2018.

Kaique Antonio de Souza

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me concedido a vida. Agradeço também a minha família pelo amor, apoio, compreensão e incentivo, em especial a minha querida avó Irene Xavier de Souza, mãe Maria das Graças Souza e também a minha namorada Vanessa Eduarda de Souza Santos.

A todos os meus professores que contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional me proporcionando o conhecimento e a visão crítica, fundamental no processo educacional. Em especial a minha professora e orientadora Antonielle Pagnussat que não mediu esforços para a realização deste trabalho, graças a sua perspicácia e inteligência fazendo com que fosse possível o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso.

E por fim, agradeço a todos que fizeram parte da minha formação direta ou indiretamente, sem essa ajuda não seria possível à vivência deste momento de felicidade e de dever cumprido, a todos o meu muito obrigado.

A essência do conhecimento consiste em aplicá-lo, uma vez possuído.

Confúcio

RESUMO

O presente trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: É possível, através da relação entre os Indicadores Financeiros e o Fluxo de Caixa melhorar o processo de tomada de decisão em empresas que estão desobrigadas a apresentar a DFC? Neste sentido, o objetivo da pesquisa é estabelecer uma relação entre os Indicadores Financeiros e o Fluxo de Caixa, e, a partir de tal relação, apontar melhorias para o processo de tomada de decisão em uma empresa do setor madeireiro. Justifica-se pela necessidade de gerar informações que possibilitam ao gestor avaliar o desempenho de sua organização. Além disso, o estudo aponta ferramentas para tomada de decisão, para avaliar a real situação econômica e financeira da empresa proporcionando ao gestor informações (em consonância com a legislação contábil), e outras não obrigatórias por força da legislação, porém de grande valia para o gerenciamento empresarial. A metodologia adotada para elaboração do trabalho se divide: quanto à natureza como pesquisa aplicada; quanto à abordagem do problema, é classificada como qualitativa; quanto aos objetivos é caracterizada como pesquisa exploratória e, por fim, quanto aos procedimentos técnicos é classificada como uma pesquisa bibliográfica com aplicação de um estudo de caso. Através do levantamento da DFC e alguns indicadores financeiros, tais como: liquidez geral, endividamento geral, composição de endividamento, margem líquida e o EBITDA da empresa Madeireira Richter Ltda, nos anos de 2016 e 2017, foi possível constatar que tais indicadores apresentam fontes relevantes de dados sobre a saúde financeira da entidade analisada. Os resultados indicam que tal análise possibilita aos gestores um elenco de informações, essenciais no processo decisório, sendo assim, atende a finalidade primordial da contabilidade, prover seus usuários de informações úteis para o embasamento nas tomadas de decisões, ainda que em uma empresa de médio porte. Entende-se que a pesquisa, amplia a literatura no sentido de apontar as relações existentes entre a utilização dos indicadores financeiros junto à DFC para auxílio na tomada de decisões, em empresas desobrigadas a esta demonstração devido à legislação.

Palavras-chave: Indicadores Financeiros; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Ebitda, Contabilidade; Tomada de decisão.

ABSTRACT

The present study has as a research problem the following question: Is it possible, through the relationship between the Financial Indicators and the Cash Flow, to improve the decision-making process in companies that are released to present the DFC? In this sense, the objective of the research is to establish a relationship between the Financial Indicators and the Cash Flow, and, from this relation, to point out improvements to the decision making process in a company in the timber sector. It is justified by the need to generate information that enables the manager to evaluate the performance of his organization. In addition, the study points out tools for decision-making, to assess the company's real economic and financial situation by providing the manager with information (in line with accounting legislation), and others not mandatory under the law, but of great value to the business management. The methodology adopted for the elaboration of the work is divided: as to nature as applied research; approach to the problem, is classified as qualitative; as regards the objectives is characterized as exploratory research and, finally, regarding technical procedures is classified as a bibliographic research with application of a case study. Through the survey of the DFC and some financial indicators such as: general liquidity, general indebtedness, composition of indebtedness, net margin and EBITDA of the company Madeireira Richter Ltda, in the years 2016 and 2017, it was possible to verify that these indicators present relevant sources data on the financial health of the entity analyzed. The results indicate that such an analysis allows the managers a list of information, essential in the decision process, thus, it serves the primary purpose of accounting, to provide its users with information useful for the basis of decision making, even in a medium-sized company. It is understood that the research expands the literature in order to point out the existing relationships between the use of the financial indicators with the DFC to aid in the decision-making in companies exempted from this demonstration due to the legislation.

Keywords: Financial Indicators; Statement of Cash Flows; Ebitda, Accounting; Decision making.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstração do Resultado do Exercício.....	32
Quadro 2 – Demonstração Fluxo de Caixa Método Direto.....	39
Quadro 3 – Demonstração Fluxo de Caixa Método Indireto	40
Quadro 4 – Indicadores Financeiros.....	48
Quadro 5 – Lucro Antes Dos Impostos, Juros, Depreciação E Amortização - Lajida (EBITDA).....	50
Quadro 6 – Demonstração Fluxo de Caixa (Método Indireto).....	51

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AC	Ativo Circulante
ARPL	Ativo Realizável a Longo Prazo
AT	Ativo Total
BP	Balanço Patrimonial
CE	Composição de Endividamento
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMV	Custos das Mercadorias Vendidas
CPC	Comitê de Pronunciamentos Técnicos
CPV	Custos dos Produtos Vendidos
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CSP	Custos dos Serviços Prestados
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DA	Despesas de Amortização
DD	Despesas de Depreciação
DE	Despesas de Exaustão
DF	Despesas Financeiras
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração de Resultado de Exercício
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
EG	Endividamento Geral
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LAJIDA	Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização
LG	Liquidez Geral
LL	Lucro Líquido
ML	Margem Líquida
PC	Passivo Circulante
PL	Patrimônio Líquido
PÑC	Passivo não Circulante

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Balanço Patrimonial (Ativo) 2015 - Madeireira Richter Ltda.....	63
Anexo 2 - Balanço Patrimonial (Passivo) 2015 - Madeireira Richter Ltda.....	64
Anexo 3 - DRE 2015 - Madeireira Richter Ltda	65
Anexo 4 - Balanço Patrimonial (Ativo) 2016 – Madeireira Richter Ltda	66
Anexo 5 - Balanço Patrimonial (Passivo) 2016 - Madeireira Richter Ltda.....	67
Anexo 6 - DRE 2016 - Madeireira Richter Ltda	68
Anexo 7 - Balanço Patrimonial (Ativo) 2017 - Madeireira Richter Ltda.....	69
Anexo 8 - Balanço Patrimonial (Passivo) 2017 - Madeireira Richter Ltda.....	70
Anexo 9 - DRE 2017 - Madeireira Richter Ltda	71
Anexo 10 – DRE 2017 e 2016 – Duratex S.A.....	72
Anexo 11 - DRE 2017 e 2016 – Eucatex S.A Ind e Comercio.....	73
Anexo 12 – Indicadores Financeiros – Madeireira Richter Ltda 2016.....	74
Anexo 13 - Indicadores Financeiros – Madeireira Richter Ltda 2017	75
Anexo 14 - Índices de Rentabilidade – Eucatex e Duratex 2017 e 2016	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 REFERENCIAL TEÓRICO	16
1.1 A CAPACIDADE INFORMACIONAL DA CONTABILIDADE	16
1.2 DESEMPENHO A PARTIR DE MEDIDAS CONTÁBEIS-FINANCEIRAS	20
1.3 INDICADORES FINANCEIROS.....	21
1.3.1 Índice de Liquidez Geral	23
1.3.2 Endividamento.....	25
1.3.3 Rentabilidade sobre as vendas.....	28
1.4 EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION – EBITDA	30
1.4.1 Reflexões Sobre o Lucro	31
1.4.2 Definições sobre o EBITDA	33
1.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	34
1.5.1 Objetivos da Demonstração dos Fluxos de Caixa	36
1.5.2 Classificação das Movimentações de Caixa por Atividade.....	37
1.5.3 Métodos de Elaboração da DFC.....	38
1.5.3.1 Método Direto	39
1.5.3.2 Método Indireto	40
1.5.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa para Fins de Tomada de Decisão	41
2 METODOLOGIA	44
2.1 QUANTO A NATUREZA?	44
2.2 QUANTO A FORMA DE ABORDAGEM DO PROBLEMA?.....	45
2.3 QUANTO AOS OBJETIVOS?	45
2.4 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS ADOTADOS?	45
2.5 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	46
3 ESTUDO DE CASO	48
3.1 MADEIREIRA RICHTER LTDA	48
3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
3.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	63

INTRODUÇÃO

Em qualquer ramo de atividade conhecer o estado de solvência da empresa é essencial para sua sobrevivência. Através da solvência é possível identificar a capacidade da mesma arcar com suas obrigações (fornecedores, obrigações trabalhistas, tributos e entre outros), e torna-se fator determinante para sua continuidade no mercado (SZUSTER et al., 2013).

Neste contexto, faz-se necessária a utilização das informações contábeis, como ferramenta para analisar a saúde financeira da empresa, bem como embasar a tomada de decisão. Nesse sentido, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (CPC 00 – R1, 2011, p. 3) destaca: “Demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve esta Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral [...]”.

Vale destacar que a contabilidade apresenta uma vasta quantidade de demonstrações contábeis e/ou ferramentas que possibilitam a análise da situação que a empresa se encontra (SOUZA et al., 2015). Neste trabalho serão evidenciadas algumas dessas demonstrações, tais como: o Ebitda - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, traduzindo para o português Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e alguns indicadores financeiros como: liquidez geral, endividamento geral e rentabilidade sobre vendas.

O EBITDA é um importante indicador na atualidade e vem sendo utilizado cada vez mais, através dele é possível avaliar a situação operacional de determinada empresa, provendo os usuários com informações a respeito do valor econômico da mesma (IUDÍCIBUS, 2008).

A DFC, trazida para o cenário da contabilidade brasileira através do processo de convergência às normas internacionais, por meio da nova Lei das Sociedades por Ações 11.638 de 2007 que constituiu um marco no processo brasileiro de convergência aos padrões internacionais. Trata-se de uma demonstração obrigatória somente para as companhias de capital aberto, ou para entidades com Patrimônio Líquido superior a dois milhões de reais. Contudo, tal demonstração contábil é uma excelente ferramenta para análise financeira, apresentando os fluxos de caixa das atividades da empresa, dividindo-os em operacionais, de investimento e financiamento (GITMAN e MADURA, 2003; COSTA, THEÓPHILO e YAMAMOTO, 2012).

Para Iudícibus (2008) a contabilidade deu um grande passo ao desenvolver a análise financeira da empresa através de quocientes, desta maneira possibilita a verificação de tendências e comparabilidade com os objetivos traçados.

Sendo assim, a liquidez de uma empresa evidencia a sua posição em relação ao cumprimento de obrigações assumidas, tanto a curto como a longo prazo, este quociente é responsável por evidenciar possíveis problemas no fluxo em caixa (GITMAN e MADURA, 2003).

O índice de endividamento demonstra a quantidade total do ativo que é financiada por terceiros, ou seja, o valor despendido por terceiros para a geração de lucros. Já o índice de rentabilidade determina o lucro da empresa de acordo com certa quantidade de vendas efetuadas pela mesma (GITMAN e MADURA, 2003).

Conforme exposto, os índices financeiros têm estrita relação com o fluxo de caixa. Para Jaecicke e Sprouse (1972 apud IUDÍCIBUS, 2008, p.7) “[...] a utilidade e a eficácia de qualquer instrumento de análise são, via de regra, aumentadas à medida que o usuário se familiariza com ele [...]”. Desta forma, o presente trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: É possível, através da relação entre os Indicadores Financeiros e o Fluxo de Caixa melhorar o processo de tomada de decisão em empresas que estão desobrigadas a apresentar a DFC?

Para responder ao problema de pesquisa são definidos os objetivos do estudo. O objetivo geral da pesquisa é fazer uma relação entre os Indicadores Financeiros e o Fluxo de Caixa e, através desta, apontar melhorias para o processo de tomada de decisão, em um estudo de caso. Para alcançar o objetivo geral definem-se os objetivos específicos conforme se apresentam:

- Avaliar a criação de riqueza, ou seja, geração de fluxo de caixa operacional através do lucro operacional ajustado (EBITDA);
- Calcular os índices de liquidez geral, endividamento geral e rentabilidade sobre as vendas;
- Demonstrar através DFC, o comportamento das atividades operacionais, de investimento e financiamento e o papel de cada uma delas sobre o resultado econômico da empresa;
- Aplicar os indicadores citados em um estudo de caso, como fonte de informação para tomada de decisão.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de gerar informações que possibilitam ao gestor avaliar o desempenho de sua organização. Além disso, o estudo aponta ferramentas para tomada de decisão, para avaliar a real situação econômica e financeira da empresa proporcionando ao gestor uma gama de informações (em consonância com a legislação contábil), e outras não obrigatórias por força da legislação, porém de grande valia para o gerenciamento empresarial.

Com a finalidade de respaldar o desenvolvimento do trabalho, por meio de métodos que caracterizam a pesquisa como científica, é necessário à definição da metodologia. A metodologia utilizada neste trabalho divide-se quanto à natureza em pesquisa aplicada; quanto à abordagem do problema é considerada qualitativa; quanto aos objetivos é definida como exploratória; e, por fim, quanto aos procedimentos técnicos representa uma pesquisa de revisão bibliográfica, com aplicação dos conhecimentos adquiridos em um estudo de caso.

Os resultados alcançados demonstram que a utilização da contabilidade através da análise da DFC, aliada a alguns indicadores financeiros, consiste em uma importante ferramenta de auxílio para o embasamento na tomada de decisão dos gestores, principalmente no que tange à saúde financeira das entidades, destacando a sua utilização não apenas em grandes organizações, mas também nas pequenas e médias. Neste sentido, é necessário apresentar a esses gestores a utilidade da contabilidade, com o intuito de romper o paradigma de que a mesma só é necessária para atender ao fisco. Após a conclusão deste trabalho, o mesmo será apresentado ao gestor da empresa Madeireira Richter Ltda, com o intuito de demonstrar a utilidade da contabilidade para tomada de decisão, conforme exposto ao longo do estudo.

Sendo assim, no âmbito acadêmico o presente trabalho contribui para a formação acadêmica do autor, bem como poderá ser utilizado como fonte de pesquisas nesta área. Além disso, amplia a literatura no sentido de apontar as relações existentes entre a utilização dos indicadores financeiros junto a DFC para auxílio na tomada de decisões, em empresas desobrigadas à esta demonstração devido à legislação.

A estrutura do trabalho é dividida em introdução na qual busca a contextualização do objetivo e problema definido; no primeiro capítulo do trabalho é realizada a revisão da literatura através do referencial teórico no intuito de respaldar a pesquisa com o auxílio de outros autores; o segundo capítulo demonstra a metodologia utilizada; no terceiro capítulo é

realizado o estudo de caso e o apontamento e discussão dos resultados obtidos; o quarto capítulo traz as considerações finais e; por fim, são apresentadas as referências e os anexos.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Corroborando com os objetivos deste Trabalho de Conclusão de Curso, essa seção aborda aspectos que respaldam a Contabilidade como fonte de informações que auxiliam os processos decisórios das empresas, através de medidas contábeis-financeiras, tais como: Indicadores Financeiros, EBITDA e Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O objetivo é evidenciar, através da literatura, que a sua utilização é de suma importância não apenas para as empresas de grande porte, mas também para as de pequeno e médio porte, a fim de que decisões que impactam tais empresas sejam tomadas com maior confiabilidade e segurança.

1.1 A CAPACIDADE INFORMACIONAL DA CONTABILIDADE

O fenômeno denominado globalização ocasionou um conjunto de acontecimentos e teve como consequência diversas mudanças no ambiente das organizações, elevando-as a níveis maiores de complexidade. Sendo assim, o ambiente empresarial torna-se cada vez mais volátil, criando novos desafios às empresas. Devido às constantes mudanças faz-se necessário uma gama de informações aos gestores, que possibilitam o acompanhamento deste novo cenário (BARBOSA, 1987).

A informação é um insumo e necessita passar por diversos estágios, tais como: captação, tratamento, armazenamento, disseminação e por fim, utilização. Todas essas etapas contribuem para o gerenciamento das informações, que na nova conjuntura econômica brasileira torna-se essencial. Principalmente para as empresas de pequeno e médio porte, que ainda estão em processo de adaptação aos novos sistemas informacionais, responsáveis pela criação de conhecimento e por consequência vantagem competitiva (ARAÚJO, SILVA e RADOS, 2017).

Conforme relatado, estar bem informado é fator determinante para competitividade empresarial e, da mesma forma, a falta de informação é capaz de desempenhar papel fundamental para abertura de processo de falência de qualquer empresa (ARAÚJO, SILVA e RADOS, 2017).

Para Iudícibus, Marion e Faria (2009), constantemente as empresas de pequeno e médio porte estão fechando suas portas, ou enfrentam situação de extremo risco para se

manter no mercado, a este fato a grande maioria dos empresários e ou gestores atribuem a elevada carga tributária nacional, porém, os autores constataram que o fator determinante para tais ocorrências é a má gestão, desprovida de informações úteis e que não retratam com confiabilidade a situação empresarial.

Neste contexto, a contabilidade desempenha papel fundamental para prover a administração de informações úteis e necessárias ao desempenho empresarial, através de seus registros que evidenciam a variação patrimonial, financeira e econômica, independente das atividades exercidas e de sua forma jurídica (BRAGA, 2012).

Conforme Braga, a contabilidade não é exclusividade da administração:

[...] não são apenas os administradores que se valem das informações produzidas pela contabilidade. Essas informações também são úteis a terceiros, tais como os acionistas sem ingerência nos negócios, fornecedores, instituições financeiras, entidades governamentais, clientes e etc., que, por qualquer motivo – participação nos lucros, concessão de crédito, tributação, planos setoriais e outros -, necessitam conhecer a situação da empresa. (BRAGA, 2012, p. 6).

Marion (2015) destaca que os administradores e ou responsáveis são incubidos de tomar decisões de diversos aspectos em suas organizações, tais decisões efetuam papel determinante para a prosperidade de qualquer empresa. No entanto, são necessários dados e informações fidedignas que corroborem para a tomada de decisão, isso se torna possível através da coleta de dados, de sua mensuração, registro e divulgação, por meio de relatórios contábeis que possibilitam aos usuários entendimento sobre o assunto tratado. Desta forma, permite que os mesmos tomem decisões a respeito do custo de seus produtos, investimentos a serem realizados, possibilidade de contrair empréstimos e entre outras.

Marion (2015, p. 4) destaca que “A Contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para tomadas de decisões”. Diante da relevância da contabilidade, principalmente no que tange a sua capacidade informativa faz-se necessário um sistema de informações contábeis, sendo o mesmo relevante para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Um sistema contábil defasado e que não apresenta nenhum respaldo de confiabilidade compromete todas as demonstrações levantadas (BRAGA, 2012).

Não se limitando apenas a um sistema contábil eficiente, é necessário estar de acordo com o que preconiza o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em especial a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Com o advento da lei 11.638/07, que tem por finalidade a convergência das Normas Contábeis Brasileiras com as Normas Internacionais de Contabilidade, ficou institucionalizado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme resolução do CFC nº 1.005/05. O seu objetivo resume-se em estudar, preparar e emitir pronunciamentos contábeis, sempre observando o padrão internacional de contabilidade, afim de que as mesmas informações sejam utilizadas pelos usuários brasileiros, e por ventura usuários de outras nacionalidades (BRAGA, 2012).

O CPC 00 (R1), retrata que as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a Estrutura Conceitual, são responsáveis por prover seus usuários internos e externos de informações úteis, possibilitando a avaliação e gestão com confiabilidade. A Estrutura Conceitual Básica é responsável por apresentar conceitos para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

Braga assim definiu as demonstrações elaboradas de acordo com a Estrutura Conceitual:

Demonstrações contábeis elaboradas com tal finalidade satisfazem as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas, tais como: a) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais; b) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas; c) avaliar a capacidade de a entidade pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios; d) avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade; e) determinar políticas tributárias; f) determinar a distribuição de lucros e dividendos; g) elaborar e usar estatísticas da renda nacional; ou h) regulamentar as atividades da entidade. (BRAGA, 2012, p. 12-13).

O principal objetivo das demonstrações contábeis é prover seus usuários de informações contábeis e financeiras sobre a entidade que os elabora, através do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e entre outras. Além disso, podem-se incluir informações complementares e ou originadas das próprias demonstrações que visam auxiliar seus usuários (BRAGA, 2012).

Vale destacar o posicionamento que Braga relata sobre os componentes das demonstrações contábeis:

As partes componentes das demonstrações contábeis se inter-relacionam por que refletem diferentes aspectos das mesmas transações ou outros eventos. Embora cada demonstração apresente informações que são diferentes das

outras, nenhuma provavelmente se presta a um único propósito, nem fornece todas as informações necessárias para necessidades específicas dos usuários. Por exemplo, uma demonstração do resultado fornece um retrato incompleto do desempenho da entidade, a não ser que seja usada em conjunto com o balanço patrimonial e a demonstração das mutações na posição financeira. (BRAGA, 2012, p. 17).

O Balanço Patrimonial é responsável por apresentar informações de natureza patrimonial, sendo possível o cálculo dos Índices de Liquidez e Endividamento. Já a rentabilidade é obtida por meio da Demonstração de Resultado, que tem como característica medir o desempenho. Além disso, as mudanças na capacidade financeira e operacional são refletidas em demonstrações a parte como exemplo a Demonstração de Fluxo de Caixa e o EBITDA (BRAGA, 2012).

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) evidencia como está se comportando a parte operacional de determinada empresa. Apresenta como característica avaliar se as operações-fins das organizações geram recursos suficientes para manter a atividade operacional, e suprir as demais caso seja necessário. O mesmo desconsidera qualquer influência de receitas ou despesas financeiras, bem como de impostos incidentes (MOREIRA et al., 2014).

A Demonstração dos Fluxos de Caixa como fonte de informação dentro das organizações é de suma importância, conforme afirma Braga (2012, p. 16) “As decisões requerem uma avaliação da capacidade que a entidade tem para gerar caixa e equivalentes de caixa, e da época e grau de certeza dessa geração”.

Desta forma, através da DFC será evidenciado se a empresa terá capacidade de gerar caixa para arcar com suas obrigações assumidas, tais como: empregados, fornecedores, empréstimos contraídos, remunerar os sócios e entre outras. Como forma de uma melhor avaliação por parte dos usuários, se faz necessário utilizar em conjunto a posição financeira a qual a empresa se encontra (BRAGA, 2012).

Nesse sentido, Braga (2012, p. 16) afirma que “A posição patrimonial e financeira da entidade é afetada pelos recursos econômicos que ela controla, sua estrutura financeira, sua liquidez e solvência, e sua capacidade de adaptação às mudanças no ambiente em que opera”.

As informações sobre liquidez e endividamento são responsáveis por evidenciar a posição da empresa em relação às obrigações assumidas dentro do prazo de vencimento. O indicador de liquidez demonstra o quanto a empresa tem de recursos disponíveis para liquidar suas obrigações em um intervalo de tempo curto, depois de deduzidas suas obrigações

presentes. Já a solvência, representa os recursos disponíveis a longo prazo para arcar com as obrigações na sua data de vencimento (BRAGA, 2012).

As informações que retratam a rentabilidade das organizações possibilitam uma análise detalhada, como avaliar e, caso seja necessário, aplicar mudanças visando maximizar as operações da empresa. Além disso, é capaz de prever a geração de fluxo de caixa, conforme os recursos disponíveis, e também, a viabilidade de utilização de recursos adicionais (BRAGA, 2012).

1.2 DESEMPENHO A PARTIR DE MEDIDAS CONTÁBEIS-FINANCEIRAS

A análise de desempenho vem tornando-se cada vez mais fundamental dentro das organizações, de acordo com Macedo e Corrar (2012, p. 2) “Isso porque é por meio dela que a administração da organização se torna capaz de monitorar, comparar e, até mesmo, corrigir o desempenho corporativo, sendo assim, fundamental para a sobrevivência da organização num ambiente competitivo”.

Várias são as definições de desempenho, para Girioli (2010, p. 31), “[...] desempenho é a execução de um trabalho, atividade, empreendimento etc., que exige competência e/ou eficiência. Desempenhar é cumprir (aquilo que se estava obrigado), executar”.

A respeito dos indicadores de desempenho, Girioli descreve o seguinte:

Sabe-se que os indicadores de desempenho são utilizados como ferramenta auxiliar de gestão para uma melhor tomada de decisões. Corroborando com isso, De Toni e Tonchia (2001) relatam que os indicadores de desempenho estão envolvidos nas seguintes atividades: Planejamento, controle e coordenação das atividades; Controle, avaliação e envolvimento de pessoal; Comparação de desempenho entre competidores e/ou organizações melhores em alguma atividade (*benchmarking*). (TONI e TONCHIA, 2001 apud GIRIOLI, 2010, p. 32).

Essa ideia se confirma a partir dos relatos de Nuintin (2007, p. 70) que descreve “Indicadores são uma forma de medir uma situação atual contra um padrão previamente estabelecido. Os indicadores dão suporte à análise crítica dos resultados, às tomadas de decisão e ao planejamento e controle dos processos da organização”.

As medidas de desempenho funcionam com o objetivo de expor pontos que necessitam de melhorias nas empresas, ou seja, pontos fracos, e através de sua análise permite

a averiguação de tais situações que ocasionam resultados indesejáveis. Apontando possíveis soluções para maximização das operações da organização (GIRIOLI, 2010).

Miranda e Reis retratam que:

As informações sobre o desempenho empresarial representam importantes subsídios ao processo de escolha dos indivíduos, e as decisões dos diversos agentes envolvidos na organização, como donos, clientes, governos, fornecedores, gestores, funcionários são otimizadas quando suportadas por informações relevantes. (MIRANDA e REIS, 2006, p. 12).

Neste contexto, a Contabilidade é uma das ferramentas que permite através de seus relatórios contábeis-financeiros, a avaliação do desempenho organizacional, atendendo à sua finalidade que é prover seus usuários de informações úteis para a tomada de decisão (GASPARETTO, 2004).

As medidas de desempenho têm por finalidade evidenciar a performance empresarial, sendo capazes de levar aos seus usuários um diagnóstico completo, além disso, permitem o conhecimento da real situação econômica-financeira da organização, sendo capazes de caracterizar tendências e demonstrar qual o melhor caminho a ser tomado pelo empreendimento (MIRANDA e REIS, 2006).

Há várias medidas de desempenho organizacional, desde as mais pontuais que retratam áreas-chaves que estão comprometendo o desempenho, e as mais amplas que abrangem toda a sua estrutura. Tais medidas funcionam como um termômetro, ou seja, demonstram pontos-chaves que necessitam de maiores cuidados, e através disso permitem traçar caminhos para solucionar eventuais problemas (MIRANDA e REIS, 2006).

Não se limitando aos indicadores tradicionais, visto que, com o passar do tempo e a constante necessidade de informações, foram desenvolvidos novos indicadores que tem por finalidade avaliar o desempenho organizacional (GIRIOLI, 2010). Contudo, vale ressaltar que apesar de tais indicadores de desempenho terem grande aplicabilidade, devem ser utilizados de forma adequada, e em conjunto com as demonstrações contábeis, a fim de potencializar a utilidade das informações geradas (MIRANDA e REIS, 2006).

1.3 INDICADORES FINANCEIROS

A análise por indicadores é responsável por evidenciar a situação econômico-financeira de determinada empresa, desta maneira possibilita a geração de informações a

respeito da sua capacidade e qualidade através de indicadores, tais como: liquidez, endividamento, lucratividade e rentabilidade (SZUSTER et al., 2013).

Conforme Girioli (2010), os indicadores contábeis-financeiros surgiram da análise de balanços, tais indicadores são seccionados por grupos, destacando-se: rentabilidade, liquidez, endividamento e entre outros. Para calcular tais indicadores é necessário no mínimo o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do Exercício, desta forma permitindo uma análise financeira efetiva (GITMAN e MADURA, 2014).

Iudícibus, Marion e Faria reportam o seguinte sobre o Balanço Patrimonial:

O Balanço Patrimonial é a peça contábil que retrata a posição (saldo) das contas de uma entidade após todos os lançamentos das operações de um período terem sido feitos, após todos os provisionamentos (depreciação, devedores duvidosos etc.) e ajustes, bem como após o encerramento das contas de Receita e Despesas também terem sido executadas. (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2009, p. 161).

Para Marion (2015, p. 23), o Balanço Patrimonial “É a principal demonstração Contábil. Reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado”.

A Demonstração de Resultado do Exercício é responsável por apresentar os fluxos da entidade, comparando receitas com despesas de determinado período. Sendo assim, apuradas as receitas e deduzidas às despesas é obtido o resultado do exercício, que pode ser positivo (receitas maiores que as despesas), negativo (despesas maiores que as receitas) ou nulo (receitas e despesas apresentam os mesmos valores) (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2009).

Na DRE, através da comparação entre receitas e despesas, torna-se possível evidenciar o quanto está sendo eficiente a empresa ou não, sendo assim o sucesso de determinada empresa pode ser medido através deste resultado obtido (MARION, 2015).

Sobre a Demonstração do Resultado do Exercício, Iudícibus, Marion e Faria dispõem que:

A Demonstração do Resultado do Exercício é a expressão máxima, juntamente com o Balanço Patrimonial, da evidenciação contábil emanada da aplicação criteriosa dos procedimentos de escrituração e ajuste, tudo obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, prioritariamente à Competência. (IUDÍCIBUS, MARION e FARIA, 2009, p. 173).

Tais demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial e DRE) divulgadas não são capazes de fornecer todas as informações necessárias, sendo assim, não demonstram os pontos fortes e fracos da entidade, porém, se divulgadas em conjunto com outras informações extraídas das demonstrações contábeis são fundamentais para a tomada de decisão (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2018).

Desta forma, através da análise das demonstrações (Balanço Patrimonial e DRE) são obtidos índices, que por sua vez evidenciam aspectos sobre a saúde financeira da empresa, para Szuster et al. (2013, p. 322) “O principal instrumento utilizado para análise da situação econômico-financeira de uma empresa é o índice, ou seja, o resultado da comparação entre grandezas”.

Ainda de acordo com Szuster et al. (2013, p. 322) “Os índices estabelecem a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Contábeis, visando evidenciar determinado aspecto da situação econômico-financeira de uma empresa”.

Contudo, Szuster et al. (2013) retratam que o índice, apesar da sua enorme capacidade de geração de informações aos seus usuários, não deve ser considerado de forma isolada, devendo ser levado em consideração todo o ambiente interno e externo e ainda outros fatores que são fundamentais a boa gestão empresarial.

Os índices de liquidez e endividamento são responsáveis por evidenciar o risco em relação as obrigações contraídas, já o de rentabilidade demonstra o retorno dos investimentos realizados (GITMAN e MADURA, 2014).

1.3.1 Índice de Liquidez Geral

Os índices de liquidez têm por finalidade demonstrar a relação entre os bens e direitos que a empresa dispõe que são realizáveis em dado período de tempo, frente as suas obrigações contraídas, também em um determinado período (SZUSTER; CARDOSO et al., 2013).

Martins, Miranda e Diniz (2018, p. 106) expõe que “Os índices de liquidez apresentam a situação financeira de uma empresa frente aos compromissos financeiros assumidos, ou seja, demonstram sua capacidade de arcar com as dívidas assumidas, o que, em última instância, sinaliza a condição de sua própria continuidade [...]”.

Esses índices são divididos em: Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Imediata e Liquidez Geral. A análise desses índices gera aos usuários informações a respeito da

capacidade financeira da empresa em quitar os compromissos assumidos de imediato, a curto e a longo prazo (SZUSTER et al., 2013).

Para atender o objetivo proposto neste trabalho será evidenciado somente a Liquidez Corrente, neste sentido, Martins, Diniz e Miranda (2018, p. 106) relatam que “[...] o importante não é o uso de grande quantidade de índices, mas somente daqueles necessários à compreensão da situação da entidade em análise. Caso contrário, o analista corre o risco de perder o conjunto de vista e de se fixar em detalhes sem importância”.

O quociente da Liquidez Geral é representado pela seguinte fórmula:

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + P\tilde{N}C}$$

Onde:

LG = Liquidez Geral;

AC = Ativo Circulante;

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo;

PC = Passivo Circulante;

P \tilde{N} C = Passivo não Circulante.

De acordo com Szuster et al. (2013, p. 324) “[...] Esse índice indica o quanto a empresa poderá dispor de recursos circulantes e de longo prazo para honrar todos os seus compromissos assumidos com terceiros (circulantes e de longo prazo)”.

Sobre índice de Liquidez Geral, Martins, Miranda e Diniz destacam que:

O índice de liquidez geral mostra o quanto a empresa possui de recursos de curto e longo prazo (ativo circulante + realizável a longo prazo) para cada real de dívidas de curto e longo prazo (passivo circulante + passivo não circulante). Ou seja, mostra a capacidade de pagamento atual da empresa com relação às dívidas a longo prazo; considera tudo o que ela converterá em dinheiro (no curto e longo prazo), relacionando com todas as dívidas assumidas (de curto e longo prazo). Em outras palavras, ele evidencia a capacidade de saldar todos compromissos assumidos pela empresa. (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2018, p. 108).

Szuster et al. (2013, p. 323) retratam que “De maneira geral, define-se que, quanto maior a liquidez, melhor será a situação financeira da empresa”, porém o mesmo autor ressalta que, via de regra, um bom índice de liquidez não representa necessariamente uma boa situação financeira. Ressaltando a importância de uma boa gestão em relação aos prazos de recebimentos de clientes e pagamentos de fornecedores.

Exemplificando, uma empresa com alto índice de liquidez, ou seja, capacidade de arcar com as obrigações assumidas, mas que mantém mercadorias em estoques por longos períodos, duplicatas atrasadas ou até mesmo sem nenhuma perspectiva de recebimento na conta clientes, pode passar ao usuário uma informação que na verdade não representa com fidelidade a situação financeira da entidade (SZUSTER et al., 2013).

Além disso, o índice de Liquidez Geral, assim como todos os demais, não deve ser tratado de maneira isolada, pois existem outras decisões tomadas pela empresa que podem acabar distorcendo este índice. Dessa forma o analista e os usuários devem estar atentos e utilizar outras informações em conjunto, a fim de evitar decisões equivocadas e errôneas (MARION, 2007).

Utilizando como exemplo uma empresa que adquire uma montante alto de financiamento, com vistas a adquirir imobilizado. No primeiro momento tal atitude acaba por comprometer a Liquidez Geral da empresa, ou seja, aumentando seu exígivel a longo prazo, porém com o passar do tempo este imobilizado será responsável por gerar receitas e por consequência irá aumentar o Ativo Circulante, trazendo novamente a capacidade de pagamento para a empresa (MARION, 2007).

Vale lembrar que este índice deve ser utilizado por meio de comparação, ou seja, observar os mesmo índices com empresas concorrente e também utilizar o indicador em uma série de anos, visando maximizar a sua utilidade (MARION, 2007).

1.3.2 Endividamento

O índice de endividamento representa qual a forma de captação de recursos por parte da empresa, sua alocação no ativo e a segurança que a mesma traz aos capitais de terceiros (SZUSTER et al., 2013).

De acordo com Gitman e Madura (2014, p. 198) “O índice de endividamento mede a parte do ativo total financiada pelos credores da empresa. Quanto mais alto esse índice, maior a quantia em dinheiro de terceiros que está sendo usada para gerar lucros”.

O quociente de endividamento é representado pela seguinte fórmula:

$$EG = \frac{PC + P\tilde{N}C}{AT_{t-1}}$$

Onde:

EG = Endividamento Geral;

PC = Passivo Circulante

PÑC = Passivo não Circulante;

AT = Ativo Total menos período de tempo um.

Para Szuster et al. (2013, p. 326) “Este índice revela o grau de endividamento total da empresa. Expressa a proporção de recursos de terceiros financiando o Ativo e, por diferença (1 – EG), a fração do Ativo que está sendo financiada pelos recursos próprios”.

O Ativo de uma empresa apresenta dois tipos de financiamento, os capitais próprios representados pelo Patrimônio Líquido, e os capitais de terceiros representados pelo Passivo. Empresas que mantêm um alto indicador de endividamento trazem consigo um alto risco relacionado ao capital de terceiros e ao capital próprio (SZUSTER et al., 2013).

Marion (2007) ressalta que a utilização de Capital de Terceiros para o financiamento do Ativo torna a empresa vulnerável, podendo a mesma ficar exposta a situações que fogem de seu controle. Tal situação também é observada por instituições financeiras que concedem financiamentos restringindo o acesso a essas empresas, principalmente pelo fato de que a maioria das empresas que abrem processo de falência apresentam um elevado índice de endividamento.

Para Szuster et al. (2013), o indicador de endividamento apresenta três situações: A primeira, quando o quociente encontrado é maior que 0,5 (Passivo maior que PL); segunda quando o quociente é igual a 0,5 (Passivo é igual a PL); e a terceira quando o quociente encontrado é menor que 0,5 (Passivo menor que PL).

A visão que este indicador traz, conforme Szuster et al. (2013, p. 363) é que “A interpretação básica dos índices de Endividamento é: QUANTO MAIOR, PIOR”. Contudo o mesmo autor define que certas empresas conseguem utilizar o endividamento a seu favor:

[...] Entretanto, deve-se considerar que determinadas empresas convivem muito bem com o endividamento relativamente elevado, principalmente quando o endividamento tiver um perfil de longo prazo, ou quando o Passivo de Curto prazo não for oneroso, fruto de uma adequada administração de prazos de fornecedores. (SZUSTER et al., 2013, p. 326).

Marion (2007) respalda que na análise de endividamento é necessário observar algumas características que evidenciam a qualidade da decisão tomada pelos gestores, sendo que recursos obtidos de terceiros com a finalidade de complementar o capital próprio e fazer

investimentos para a melhoria do seu Ativo (modernização, expansão, melhora na capacidade produtiva e etc.), tendem a ser positivos, visto que, apresentarão retorno e conseqüentemente capacidade para saldar as dívidas. Já empresas que recorrem novamente à solicitação de créditos para quitar dívidas existentes acarretam perspectivas negativas, ou seja, além de não gerarem recursos para o pagamento, entram em um círculo vicioso que muitas vezes contribuem para a insolvência e até mesmo falência.

Martins, Miranda e Diniz (2018) defendem que para afirmar se um alto índice de endividamento é bom ou ruim, são necessárias algumas análises da qualidade das dívidas, pois, dívidas a longo prazo e com baixo custo, podem ser interessantes para os sócios, aumentando o retorno esperado, assim como o contrário pode afetar a rentabilidade da empresa.

Sendo assim, a análise dos prazos de vencimento das dívidas é um fator determinante para verificar a solvência da empresa, através do índice de composição de endividamento (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2018), representado pela seguinte fórmula:

$$CE = \frac{PC}{PC + P\tilde{N}C}$$

Onde:

CE = Composição de Endividamento;

PC = Passivo Circulante;

P \tilde{N} C = Passivo não Circulante.

Do ponto de vista de Martins, Miranda e Diniz (2018), é normal que empresas busquem capitais de terceiros de longo prazo para financiar seu Ativo não Circulante, da mesma forma as empresas também buscam financiamentos a curto prazo para o seu Ativo Circulante, isso dependerá da estrutura de capital de cada uma, que procuram sempre buscar melhores resultados. Porém, empresas que mantêm um endividamento a longo prazo em eventuais situações que fogem de seu controle, como exemplo uma crise, terão maior tempo para quitar suas obrigações possibilitando um planejamento com maior comodidade e segurança.

Empresas que mantêm endividamento a curto prazo nas mesmas situações serão obrigadas a tomar decisões que podem afetar sua lucratividade, com o intuito de cumprir suas obrigações (exemplo: promoções não planejadas, queima de estoques, descontos para recebimento de devedores e etc.). Sendo assim, menores montantes de obrigações a curto

prazo apresentam-se mais vantajosas e oferecem menores riscos (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2018).

1.3.3 Rentabilidade sobre as vendas

A rentabilidade é fator determinante para análise das decisões e políticas dos gestores, visto que demonstra o quanto foram eficientes e se os objetivos traçados foram alcançados ou não. Via de regra, o conceito desse índice é que quanto maior, melhor (SZUSTER et al., 2013). Martins, Miranda e Diniz (2018, p. 165) ressaltam a importância deste indicador, retratando que “[...] a rentabilidade é a alma do negócio. Sem rentabilidade a continuidade da empresa estará comprometida [...]”.

Marion (2007) argumenta que a análise de rentabilidade de uma empresa através de valores absolutos possui baixo valor informativo, ou seja, o resultado obtido através da DRE de uma empresa de grande porte ao se comparar com outra de pequeno ou médio porte, não demonstra qual é mais rentável, devido principalmente pelos investimentos realizados e o volume de operações em cada uma, sendo assim faz-se necessário a utilização de indicadores de rentabilidade.

Gitman e Madura ressaltam a importância deste índice para os analistas:

Há muitas medidas de lucratividade. Juntas, elas permitem que o analista avalie os lucros da empresa com relação a um dado nível de venda, a um certo nível de ativos ou ao investimento dos proprietários. Sem lucros, uma empresa não poderia atrair capital de fora. Os donos, os credores e o gerenciamento estão atentos para estimular lucros devido à grande importância colocada em ganhos no mercado. (GITMAN e MADURA, 2014, p. 200).

Medidas de rentabilidade são obtidas através da comparação de resultados obtidos com outros que fazem parte ou são responsáveis por esses mesmos resultados (MARION, 2007). A fim de argumentar de forma mais clara e concisa, a baixo alguns exemplos:

Empresas mantêm ativos ou adquirem os mesmos com a finalidade de gerar receitas, aliais este é o conceito de ativo, ou seja, investimentos realizados pela empresa que tem por finalidade gerar receita e por consequência lucro. Sendo assim, através da comparação entre o resultado obtido e os investimentos realizados, tem-se o índice de Retorno sobre Investimentos, demonstrando a rentabilidade da empresa por cada real investido (MARION, 2007).

Sendo possível também por meio do mesmo conceito do item a cima, evidenciar se os retornos esperados pelos sócios estão condizentes com o capital despendido. Visto que os investimentos realizados pelos sócios são demonstrados no Patrimônio Líquido, desta forma comparando o PL com o lucro obtido, apresenta-se o índice de Retorno do Patrimônio Líquido (MARION, 2007).

Além disso, também é possível calcular a Margem de Lucro, ou seja, qual o lucro de determinada empresa a cada real vendido. Contudo, vale destacar que algumas empresas ganham mais por real vendido e outras ganham menos, tal situação é resultado de sua atividade econômica. Por exemplo, uma empresa que fabrica e vende carros, conseqüentemente o lucro por cada real vendido será maior que um supermercado que trabalha com margem menor, porém com rotatividade de vendas maior (MARION, 2007).

A fim de que os resultados obtidos e a utilização destes índices não sofram distorções é necessário observar alguns aspectos, por exemplo: ao efetuar as análises de rentabilidade diversos conceitos de lucro poderão ser utilizados (líquido, operacional, bruto e etc.), sendo assim, ao utilizarmos o Lucro Operacional como numerador é necessário utilizar como denominador o Ativo Operacional, e assim sucessivamente (MARION, 2007).

Corroborando com os objetivos deste trabalho será utilizada a Margem Líquida, conforme Martins, Miranda e Diniz (2018, p. 173) “Esse indicador (também chamado de índice de lucratividade) é um importante sinalizador de rentabilidade da empresa [...]”.

Sendo obtida pela seguinte fórmula:

$$ML = \frac{LL}{RL}$$

Onde:

ML = Margem Líquida

LL = Lucro Líquido

RL = Receita Líquida

Através deste índice é possível verificar o quanto de lucro está sendo gerado para cada real vendido, após a dedução de todas as despesas. Sendo assim, quanto maior a margem, melhor será para a empresa e seus sócios (MARION, 2007).

De acordo com Ferraz, Sousa e Novaes (2017, p. 58) a Margem Líquida “Mede a eficiência de a empresa produzir lucro líquido através de suas vendas. Permite ao analista identificar o quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação a certa quantidade de

vendas líquidas realizadas”. Possibilitando informações que respaldam a tomada de decisão por parte dos usuários.

1.4 EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION – EBITDA

Em um mercado globalizado faz-se necessário medidas de desempenho-econômico que possam apresentar aplicabilidade em diferentes países, por meio da comparabilidade de resultados. Neste sentido, destaca-se o Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation/Depletion and Amortization, em português o Lucro antes dos juros, impostos sobre os lucros, depreciações/exaustões e amortização – LAJIDA (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2018).

O EBITDA é um dos indicadores mais utilizados no mercado de capitais, sendo de interesse dos acionistas, analistas, investidores e credores. Este indicador econômico-financeiro surgiu nos anos 60, e começou a ser utilizado de fato na década de 80 principalmente por empresas que detêm o controle de outras empresas (GREENBER, 1998 apud OLIVEIRA et al, 2017).

Para Wernke, Junges e Schlickmann (2016), o fato deste indicador ser bastante divulgado pelas companhias, mesmo sem nenhuma obrigatoriedade se dá pela sua capacidade informativa sobre a eficácia na geração de fluxo de caixa da atividade operacional da entidade. Além disso, é responsável por evidenciar se através da geração de fluxo de caixa da empresa a mesma irá conseguir quitar suas dívidas.

Greenberg destaca a evolução deste indicador:

Ao longo dos anos, o EBITDA ganhou relevância para: a) investidores que passaram a utilizá-lo para avaliar as empresas que se encontravam na eminência de crises financeiras ou que atuavam em mercados internacionais, no intuito de verificar a geração de retorno operacional; e b) credores, que por sua vez, recorriam ao EBITDA como instrumento para mensurar a capacidade das empresas em cobrir dívidas no curto prazo. (GREENBERG, 1998 apud OLIVEIRA et al., 2017, p. 118).

O EBITDA é um indicador adotado e divulgado por diversas companhias no mundo, entre os analistas apresenta grande credibilidade, visto que é de sua competência demonstrar a lucratividade do negócio. Até a instrução 527 da Comissão de Valores Imobiliários de 2012, não havia normas legais que determinassem o seu cálculo, desta forma após a publicação da

referida instrução foi possível padronizar o LAJIDA (EBITDA) entre todas as companhias que divulgam de forma voluntária (COLOMBO, 2014).

De acordo com Oliveira et al. (2017) o EBITDA destaca-se por apresentar o desempenho operacional da organização através da análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado. Este indicador demonstra o quanto se consegue de retorno operacional, por exemplo, para cada um real de receita líquida auferida pela entidade, sua interpretação é de que quanto maior melhor, visto que demonstra a eficiência operacional da empresa.

Ainda conforme Oliveira et al. (2017, p. 119) “Por meio do valor do EBITDA é possível elaborar indicadores que auxiliam na compreensão do desempenho organizacional”. Para os autores “Os pontos fortes relevam a utilidade do EBITDA para a elaboração de estratégias gerenciais, para análise da eficiência organizacional e como medida comparativa de desempenho entre empresas” (OLIVEIRA et al., 2017, p. 120).

Neste sentido, vale destacar que o EBITDA tem grande aplicabilidade dentro das organizações, não somente nas grandes corporações, mas também em empresas de menor porte como forma de avaliar o seu desempenho operacional que é de grande importância para o seu sucesso e crescimento (OLIVEIRA et al. 2017).

1.4.1 Reflexões Sobre o Lucro

O lucro constitui a remuneração dos investimentos realizados pelos sócios na entidade, essa remuneração se dá pelo uso do fator de produção representado pela capacidade empresarial em gerar resultados pretendidos, os fatores de produção são representados pela terra, capital e trabalho. Cada fator de produção empregado gera uma renda, exemplo, na utilização da terra é obtida a renda da mesma, no capital se obtêm os juros e no emprego do trabalho o salário. Desta forma o lucro é a recompensa e a motivação para o surgimento de novas organizações, da sua continuidade e de sua expansão no mercado (FUJI, 2004).

Torna-se de grande valia a inserção desses fatores de produção de maneira adequada, propiciando uma maior rentabilidade, conforme Fugui (2004, p. 76) retrata que “[...] há preocupação com os recursos limitados da economia, buscando-se a alocação ótima dos recursos escassos e das alternativas disponíveis para a maximização da utilidade e da riqueza dos agentes econômicos”.

Sobre a importância do conceito de lucro Fugli dispõe que:

O conceito de lucro, nesse contexto, é um importante referencial para orientar as decisões econômicas dos agentes. O conceito de lucro, no âmbito das atividades empresariais – caracterizadas pela busca da maximização da riqueza dos proprietários e dos stakeholders - é um importante indicador de sucesso das empresas. (FUJI, 2004, p. 76).

A Demonstração do Resultado do Exercício é incumbida de evidenciar o lucro auferido pela entidade em determinado período, consiste na apresentação de forma esquematizada das receitas e despesas (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2018).

A DRE, conforme citado, é apresentada de forma dedutiva (receita menos todas as despesas), sua estrutura é representada conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 – Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado do Exercício
RECEITA LÍQUIDA
(-) Custo dos Produtos Vendidos ou Serviços Prestados
= RESULTADO BRUTO
(-) DESPESAS OPERACIONAIS
(-) Despesas de Vendas
(-) Despesas Administrativas
(+) Receitas Financeiras
(-) Despesas Financeiras
(-) Outras Receitas e Despesas Operacionais
= RESULTADO OPERACIONAL
(-) Provisão para IR e Contribuição Social
= RESULTADO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
(-) Participações
(-) Contribuições
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
(+) Juros sobre o Capital Próprio
(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2018, p. 33).

Conforme demonstração apresentada é possível verificar a existência de quatro tipos de lucro, os quais são: Lucro Bruto; Lucro Operacional; Lucro Líquido do Exercício; Lucro Líquido por Ação.

Lucro Bruto: consiste na dedução da Receita Líquida o montante referente aos custos para fabricação do produto no caso de empresa industrial (CPV), das mercadorias vendidas no caso de empresa comercial (CMV) e dos serviços prestados em empresa prestadora de serviços (CSP).

Lucro Operacional: obtido através da dedução do Lucro Bruto os valores referentes às despesas operacionais (vendas, administrativas e financeiras) e acréscimos das receitas financeiras.

Lucro Líquido do Exercício: corresponde ao Lucro Operacional deduzido da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social, participações e contribuições definidas em estatuto.

Lucro Líquido por Ação: obtido através da divisão do Lucro Líquido do Exercício pela quantidade de ações que compõem o capital social da empresa (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2018).

1.4.2 Definições sobre o EBITDA

De acordo com Moreira et al. (2014, p. 9) “O EBITDA representa o quanto a empresa gera de recursos apenas em sua atividade, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos, sendo assim, um importante indicador para avaliar a qualidade operacional da empresa”.

Este indicador torna-se importante pois apresenta o quanto está sendo eficiente ou não a parte operacional da entidade, neste sentido, Souza et al. (2008, p. 45) retratam que “[..] o EBITDA representa um indicador de geração de caixa operacional, pois desconsidera as despesas e receitas operacionais que não afetam o caixa, considerando somente os resultados de natureza operacional que influenciam as disponibilidades”.

A capacidade informativa deste indicador proporciona a possibilidade de comparação de empresas no âmbito macroeconômico, por meio do potencial de geração de fluxo de caixa. A essência do EBITDA não está relacionado a precisão numérica, e sim o poder de comparabilidade e tempestividade, sendo que seus usuários preferem o seu resultado em percentual, pois possibilita a avaliação da empresa se está sendo mais eficiente ou obteve uma maior produtividade em sua atividade operacional (COELHO, 2005).

O cálculo do EBITDA é obtido através do uso da Demonstração do Resultado do Exercício da entidade analisada (FREZATTI e AGUIAR, 2007). Seu cálculo é obtido pela seguinte fórmula:

$$\boxed{\text{EBITDA} = \text{LL} + \text{DD} + \text{DE} + \text{DA} + \text{DF} + \text{IRPJ} + \text{CSLL}}$$

Onde:

LL = Lucro Líquido;

DD = Despesas de Depreciação;

DE = Despesas de Exaustão;

DA = Despesas de Amortização;

DF = Despesas Financeiras;

IRPJ = Imposto de Renda Pessoa Jurídica;

CSLL = Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

A obtenção deste indicador através do seu cálculo é considerado fácil pelos analistas, desta forma, torna-se atraente para que os mesmos possam utilizá-lo para suas análises sobre determinada entidade (MOREIRA et al., 2014). Apesar da facilidade em sua obtenção faz-se necessário algumas observações para sua divulgação, conforme relata Maragno, Borba e Fey:

A Instrução CVM nº 527 em seu art. 4º parágrafo 3º deixa claro que a divulgação dos valores referidos no caput deve ser acompanhada da descrição de sua natureza, bem como da forma de cálculo e da respectiva justificativa para a inclusão do ajuste. Em seguida no artigo 5º padroniza a divulgação do EBITDA calculado da forma que a empresa julgue melhor aparentá-lo, assim a norma discorre, art. 5º a divulgação prevista no art. 4º desta Instrução deve ser sempre identificada pelo termo “ajustado”. (MARAGNO, BORBA e FEY, 2014, p. 65).

O EBITDA assemelha-se ao fluxo de caixa operacional obtido na Demonstração de Fluxo de Caixa, visto que ambos geram informações a respeito da capacidade da entidade em gerar fluxo de caixa, sendo assim, a utilização deste indicador juntamente com a DFC permite informações precisas o que maximiza o embasamento dos usuários dessas informações para a tomada de decisão (MARAGNO, BORBA e FEY, 2014).

1.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa em termos de normatização surgiu a partir de 1987 pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e tinha como propósito informar investidores e empresas sobre o mercado financeiro (RIBEIRO, 2015).

Daga, Kruger e Mazzioni (2015, p. 96) destacam a utilidade da DFC antes a Lei 11.638 de 2007, “[...] No Brasil, a DFC estava sendo utilizada com complemento das informações apresentadas pelas demonstrações contábeis por grandes empresas brasileiras constituídas sob a forma jurídica de sociedades por ações”.

Porém, com o advento da Lei 11.638 de 28 de Dezembro de 2007, deu-se nova redação para o artigo 176 da Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, que dispõe sobre as demonstrações obrigatórias para as companhias:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: [...] IV – demonstração dos fluxos de caixa [...] (BRASIL, 2007, p. 1).

Após a promulgação da referida lei, outros órgãos emitiram normatizações que sustentam a DFC, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis por meio do CPC 03; pela Deliberação da CVM nº 547/2008; Conselho Federal de Contabilidade Resolução 1.125/2008 e por meio da Lei 11.941/2009. Resultando na substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) (DAGA, KRUGER e MAZZIONI, 2015).

Esta substituição deu-se principalmente para melhoria do entendimento por parte dos usuários, conforme destaca Martins (1999, p. 8) “[...] justifica-se plenamente essa substituição apenas pelo fato de ser muito mais fácil o entendimento do Fluxo de Caixa que o da DOAR. E talvez isso realmente já seja o suficiente para a mudança (é claro, sem se alterar a Demonstração do Resultado)”.

Inicialmente ao analisar o conceito de caixa a primeira vista parece ser simples, visto a familiaridade com o termo, por fazer parte das nossas vidas, porém, não é tão simples devido ao reflexo em várias situações do nosso cotidiano. Ao se constituir uma empresa, o novo empresário está preocupado principalmente com o caixa, e essa preocupação aumenta ou diminui em função de seu fluxo, visto que a ausência é fator determinante para que a empresa feche as portas (FREZATTI, 2014).

À medida que as empresas crescem e se expandem os gestores passam a necessitar cada vez mais de informações, principalmente de natureza econômica, porém as demonstrações contábeis por força da legislação adotam o regime de competência, neste sentido, Frezatti destaca que:

Paulatinamente a organização cresce e todo o seu sistema de controle passa a ser atrelado às informações de natureza econômica estabelecidas e gerenciadas pela perspectiva de competência, o que se alinha às demandas da gestão. Nessa hora as informações do fluxo de caixa, pelo regime de caixa, deixam de ser a grande ênfase, menos para o tesoureiro, que “reza” para que exista confluência entre os objetivos organizacionais, o que ajudaria no desempenho do fluxo de caixa. (FREZATTI, 2014, p. 1).

A gestão do fluxo de caixa da entidade é de extrema importância, conforme destaca Frezatti (2014, p. 1) “[...] A organização só tem sucesso se as suas atividades materializarem a

geração de caixa. No sentido clássico, o caixa representa o objetivo final dos investidores ao optarem por uma dada alternativa de alocação de recursos [...]”.

Apesar da Demonstração dos Fluxos de Caixa ser obrigatória apenas para empresas de capital aberto e companhias com Patrimônio Líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme determina o artigo 176 § 6º da Lei 6.404 de 1.976, sua utilização independe do tamanho da entidade, se possui como finalidade o lucro ou não, abrangendo as organizações de modo geral (FREZATTI, 2014).

Neste sentido, Frezatti (2014, p. 3 e 4) informa que “[...] Uma instituição religiosa, uma empresa familiar no seu nascedouro, uma empresa estatal ou mesmo uma organização prestadora de serviços têm o seu fluxo de caixa a ser gerenciado a fim de que seus objetivos possam ser atingidos de maneira adequada”.

1.5.1 Objetivos da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Sobre o objetivo da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Pronunciamento Técnico CPC 03 traz a seguinte redação:

Informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração. (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC 03 – R2, p. 2).

A DFC visa informar seus usuários sobre os recebimentos e os pagamentos de determinada empresa, em dado período. Destaca-se principalmente pela dificuldade de manipulação de dados em termos de comparação com dados econômicos (BORGES, NUNES e ALVES, 2012).

Morais e Lourenço (2003 apud BORGES, NUNES e ALVES, 2012, p. 144) defendem que “informação prestada sobre os fluxos de caixa facilita a comparabilidade da informação financeira entre várias entidades, na medida em que elimina os efeitos da adoção de diferentes políticas contabilísticas para transações ou eventos semelhantes”.

Frezatti (2014) destaca que planejar é fácil, o difícil é obter informações e conseguir comparar os resultados obtidos com os planejados, e explicar eventuais diferenças, neste

sentido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa em sua visão possibilita a oportunidade da análise de três formas diferentes, análise de consistência, comparativa e de otimização.

A análise de consistência visa assegurar que as todas as informações estão alocadas na DFC, e que os dados coletados chegaram de forma contundente à mesma, ou seja, constatar que não a possibilidade de erros, permitindo o levantamento de informações com confiabilidade (FREZATTI, 2014).

A análise comparativa permite determinar se os fluxos de caixa estão melhores ou piores, qual é a sua perspectiva (melhorando ou piorando), qual o espaço de tempo que essas mudanças estão acontecendo, para isso é importante desenvolver comparações principalmente com o mês, ano anterior, com o planejado e entre outros (FREZATTI, 2014).

Depois de alcançadas todas as duas etapas anteriores é necessário a busca pela otimização dos resultados, que consiste na procura em alcançar os melhores resultados possíveis em termos de geração de caixa, seja na atividade operacional, investimento e até mesmo financiamento (FREZATTI, 2014).

Nesta mesma linha de pensamento, Siena et al., (2015, p. 26) divulgam que “O Fluxo de Caixa é um instrumento de gestão financeira que projeta para períodos futuros todas as entradas e as saídas de recursos financeiros da organização. Essas projeções servem de base para antecipar os saldos de caixa existentes para períodos vindouros”.

Vale destacar que para a Demonstração dos Fluxos de Caixa possa atingir seus objetivos é necessário o comprometimento por parte dos gestores, conforme afirma Frezatti (2014, p. 4) “[...] Caso o fluxo de caixa não seja prioridade para a organização, como instrumento de gestão, não será jamais um elemento de preocupação da gerência da organização”.

1.5.2 Classificação das Movimentações de Caixa por Atividade

Para fins de maior entendimento da DFC fazem-se necessárias algumas definições, tais como: Caixa, Equivalentes de Caixa e Fluxos de Caixa. Caixa é representado pelo numerário em espécie e depósitos bancários; Equivalentes de caixa correspondem à aplicações financeiras de curto prazo, e que ao serem resgatadas não há perda significativa de valor; e Fluxo de caixa são as entradas, saídas de caixa e equivalentes de caixa (CPC 03 - R2).

A Demonstração dos Fluxos de Caixa retrata informações sobre as alterações de caixa e equivalentes de caixa em dado período de tempo, os fluxos de caixa são classificados em três atividades: a operacional, de investimento e de financiamento (CPC 03 - R2).

Sobre a classificação dos fluxos de caixa Martins, Miranda e Diniz, informam que as:

Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da entidade bem como outras atividades não enquadradas em financiamento ou investimento. Exemplos: pagamento a fornecedores, recebimento de clientes, pagamento de salários etc.

Atividades de investimento: são aquelas referentes à aquisição e venda de ativos (a maioria de longo prazo) e, também, os investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa. Exemplos: compra e venda de imóveis; aplicações financeiras de longo prazo; compra e venda de investimentos em coligadas etc.

Atividades de financiamento: são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e endividamento da entidade. Exemplos: empréstimos e financiamentos de longo prazo obtidos; emissão de debêntures, aumento de capital em dinheiro, distribuição de lucros etc. (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2018, p. 45).

Vale ressaltar, que uma única operação pode apresentar mais de uma classificação dentro da DFC, “Por exemplo, quando o desembolso de caixa para pagamento de empréstimo inclui tanto os juros como o principal, a parte dos juros pode ser classificada como atividade operacional, mas a parte do principal deve ser classificada como atividade de financiamento” (CPC 03 – R2, ITEM 12).

A entidade obrigatoriamente deve apresentar seus fluxos de caixa em atividades operacionais, investimento e financiamento, essa classificação seccionada em atividades permite um maior detalhamento da composição do caixa e equivalentes de caixa da entidade. Além disso, traz aos usuários informações sobre o impacto de cada atividade na situação financeira da entidade, e surge também a possibilidade de comparação entre as próprias atividades da empresa, ou seja, qual atividade está gerando ou consumindo caixa e equivalentes de caixa (CPC 03 – R2).

1.5.3 Métodos de Elaboração da DFC

Quanto ao método de elaboração da DFC a legislação permite a utilização do método direto e indireto, porém, a um incentivo para que as entidades no Brasil adotem o método indireto. As duas possibilidades quanto ao método de elaboração só se aplicam à atividade operacional da empresa (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2018).

1.5.3.1 Método Direto

Sobre a apresentação dos fluxos de caixa da atividade operacional pelo método direto o Comitê de Pronunciamentos Técnicos – CPC 03 (ITEM 18) define que “[...] o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas”.

Os dados para elaboração da DFC pelo método direto podem ser obtidos através dos registros contábeis, ou pelos ajustes das vendas, custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, e de outros itens da Demonstração do Resultado do Exercício ou do Balanço Patrimonial, tais como: variações nos estoques, nas contas a pagar e a receber, itens que não passam pelo caixa e que não fazem parte das atividades de investimento e financiamento (CPC 03 – R2).

Com a finalidade de apresentação, o Quadro 2 a seguir representa um modelo com os principais itens da DFC pelo método direto.

Quadro 2 – Demonstração Fluxo de Caixa Método Direto

FLUXO DE CAIXA MÉTODO DIRETO		
	<u>Em \$</u>	<u>Em \$</u>
Atividades Operacionais		
Recebimento de clientes		
Recebimento de juros		
Duplicatas descontadas		
Pagamentos		
- a fornecedores		
- de impostos		
- de salários		
- de juros		
- despesas pagas antecipadamente		
Caixa Líquido Consumido/Gerado nas Atividades Operacionais		
Atividades de Investimento		
Recebimento pela venda de imobilizado		
Pagamento pela compra de imobilizado		
Caixa Líquido Consumido/Gerado nas Atividades Investimento		
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital		

Empréstimos de curto prazo		
Caixa Líquido Consumido/Gerado nas Atividades Financiamento		
Aumento/Redução Líquido nas Disponibilidades		
Saldo de Caixa + Equivalentes de Caixa Inicial		
Saldo de Caixa + Equivalentes de Caixa Final		

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2018, p. 48).

1.5.3.2 Método Indireto

Sobre o método indireto o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 03 dispõe que:

O método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. (CPC 03 – R2, ITEM 18).

O método indireto consiste no ajuste do lucro líquido do exercício de variações ocorridas nos estoques, contas a receber e pagar; montantes que não afetam o caixa, tais como: depreciação, provisões, tributos diferidos e outros; e de outros itens que não se classificam como atividade operacional (CPC 03 – R2).

Com a finalidade demonstrar, o Quadro 03 a seguir apresenta um modelo com os principais itens da DFC pelo método direto.

Quadro 3 – Demonstração Fluxo de Caixa Método Indireto

FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO		
	Em	Em
	\$	\$
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido		
(+) Depreciação		
(-) Lucro na venda de imobilizado		
(=) Lucro Ajustado		
Aumento em duplicatas a receber		
Aumento em estoques		
Aumento em fornecedores		
Redução em provisão IR a pagar		

Redução em salários a pagar		
Caixa Líquido Consumido/Gerado nas Atividades Operacionais		
Atividades de Investimento		
Recebimento pela venda de imobilizado		
Pagamento pela compra de imobilizado		
Caixa Líquido Consumido/Gerado nas Atividades Investimento		
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital		
Empréstimos de curto prazo		
Caixa Líquido Consumido/Gerado nas Atividades Financiamento		
Aumento/Redução Líquido nas Disponibilidades		
Saldo de Caixa + Equivalentes de Caixa Inicial		
Saldo de Caixa + Equivalentes de Caixa Final		

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2018, p. 46).

1.5.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa para Fins de Tomada de Decisão

No Brasil principalmente as micro e pequenas empresas o processo contábil praticamente não existe, sendo desenvolvido apenas para fins tributários, com vistas a atender o fisco. A este fato está atribuída a interpretação equivocada da Lei 123 de 2006 (Lei Geral das Micro e Pequenas empresas) por parte de alguns profissionais e empresários, que afirmam que tais empresas estariam obrigadas apenas ao Livro Caixa, porém, essa interpretação errônea acaba trazendo prejuízos para o próprio contribuinte (HOCHSPRUNG et al., 2011).

Sobre o assunto Hochsprung et al. destacam que:

Nesse sentido, as empresas independentemente de seu porte e enquadramento tributário, precisam de informações tempestivas e condizentes com a realidade dos negócios em que estão inseridas, não cabendo mais uma contabilidade que vise a atender somente o caráter fiscal, desprovida de qualquer semelhança com a gestão empresarial. (HOCHSPRUNG et al., 2011, p. 21).

A falta de escrituração contábil reflete em toda a sociedade, pelo fato de que não há forma confiável de se avaliar a economia distorcendo toda a estatística levantada, prejudicando o desenvolvimento de políticas públicas pautadas no desenvolvimento social e econômico do país. Além do mais, proporciona um déficit na arrecadação de tributos devidos a União, Estados, Distritos e Municípios (HOCHSPRUNG et al., 2011).

As demonstrações contábeis proporcionam informações úteis que auxiliam os usuários a compreender toda a estrutura e variações patrimoniais da entidade, tais informações contribuem para o sucesso e prosperidade das organizações. Demonstrações pautadas na legislação e normas vigentes não se limitam apenas ao Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, mas sim em relatórios, pareceres, e outras formas de comunicação que auxiliam os usuários nas tomadas de decisões (HOCHSPRUNG et al., 2011).

Além das demonstrações contábeis mais conhecidas o BP e DRE, a Demonstração dos Fluxos de Caixa também apresenta relevância para as micro, pequenas e médias empresas, neste sentido, Hochsprung et al. informa que:

[...] Além destes, outro importante informativo contábil para as micro e pequenas empresas é a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), seja ela real ou projetada, tendo-se em vista que evidencia as saídas e as entradas de recursos na empresa e o saldo do disponível. (HOCHSPRUNG et al., 2011, p. 25).

Para Daga, Kruger e Mazzioni (2015, p. 95) “A DFC se apresenta como um artefato importante para o gestor financeiro da empresa, permitindo verificar como suas decisões irão se refletir nos resultados e quais serão os impactos sobre o caixa”. Moreira et al. (2014, p. 10) destaca que “O fluxo de caixa é um instrumento que possibilita o planejamento e o controle dos recursos financeiros de uma entidade e, pode ser considerado na esfera gerencial, como indispensável para o processo decisório”.

A visão sobre a posição financeira da entidade torna a DFC uma ferramenta de extrema qualidade para os gestores na hora da tomada de decisão. Frequentemente as entidades se deparam com bons lucros, porém, o seu desempenho de caixa não é compatível com os lucros auferidos. Na elaboração da DRE um bom lucro não significa caixa (regime de competência), sendo assim justifica-se a utilização da DFC com o intuito de demonstrar como está sendo captação e alocação de recursos da empresa, seccionados por atividades operacionais, investimento e financiamento (DAGA, KRUGER e MAZZIONI, 2015).

A DFC também deve ser observada como meio de comparabilidade, desta forma, Pinho e Tavares (2005 apud BORGES, NUNES e ALVES, 2012, p. 146) destacam que a DFC “[...] facilita também a comparabilidade do desempenho operacional entre várias empresas, dado que anula os efeitos decorrentes de diferentes tratamentos contabilísticos para operações e eventos da mesma natureza”. Ainda nas palavras de Borges, Nunes e Alves (2012, p. 143) “[...] a DFC pode ser considerada um forte instrumento de apoio à tomada de decisão num contexto de incerteza”.

Frezatti é contundente em afirmar a capacidade da DFC como provedora de informações para a tomada de decisão:

É muito comum numa situação crítica de falta de liquidez de uma empresa a priorização do caixa. Empresas em dificuldades de negócios, concordatárias e/ou tentando evitar a falência se colocam desesperadamente nas mãos do fluxo de caixa para perseguir a saída de sua dificuldade. Isso é válido, mas parece a estratégia do doente que evitava hábitos saudáveis até ser realmente confrontado com a perspectiva de morte. Ai, pode ser tarde demais. Pensar (e dedicar tempo para isso) ao fluxo de caixa da empresa é sempre saudável, quer a empresa esteja atravessando bons ou maus momentos. Na verdade, pensar é pouco, pois o correto seria utilizar gerencialmente o instrumento. (FREZATTI, 2014, p. 4).

Sendo assim, caso a entidade tenha a perspectiva de continuidade é de grande importância a adoção de medidas que auxiliam o gestor na tomada de decisão, neste contexto a contabilidade é a principal ferramenta para obtenção de informações úteis, e sendo a DFC parte integrante da contabilidade ressalta-se a capacidade informativa (HOCHSPRUNG et al., 2011; DAGA, KRUGER e MAZZIONI, 2015; MOREIRA et al. 2014; BORGES, NUNES e ALVES, 2012; FREZATTI, 2014).

2 METODOLOGIA

A ciência busca como objetivo principal demonstrar a confiabilidade dos fatos apresentados, ou seja, a veracidade, além do mais permite expor sua verificabilidade. Para que seja possível a constatação de que um trabalho é científico, tona-se irrefutável retratar de forma clara e objetiva qual foi o método adotado para sua realização (GIL, 2012).

Gil (2012, p. 8) destaca que “Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico com o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

A metodologia aborda as etapas a serem seguidas na elaboração do trabalho, sobre o assunto Marconi e Lakatos (2011, p. 46) discorrem que “[...] O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Nas palavras de Gil (2008, p. 162) “Nesta parte, descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa. Requer-se, no entanto, a apresentação de informações acerca de alguns aspectos [...]”.

Em relação a metodologia e de acordo com manual de trabalhos da instituição, este trabalho de conclusão de curso apresenta a seguinte classificação: quanto a natureza; forma de abordagem do problema; objetivos e procedimentos técnicos adotados.

2.1 QUANTO A NATUREZA?

Quanto a natureza da pesquisa, a mesma é classificada como pesquisa aplicada, de acordo com Gil (2010, p. 27) “Pesquisa aplicada. Pesquisas voltadas à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica”.

Vergara (2009) destaque que a pesquisa aplicada é caracterizada pela busca da resolução de problemas concretos, surgindo da curiosidade do autor sobre determinado assunto, baseado principalmente na especulação. Neste sentido, está pesquisa é conceituada quanto a natureza como aplicada, visto que visa demonstrar a relevância da análise das demonstrações contábeis para a tomada de decisão nas organizações..

2.2 QUANTO A FORMA DE ABORDAGEM DO PROBLEMA?

No que tange a abordagem do problema foi adotado a qualitativa, que na definição de Marconi e Lakatos (2011, p. 269) “A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece a análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento e etc”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Marconi e Lakatos, Chizzotti (2005, p. 85) dispõe que “A pesquisa qualitativa privilegia algumas técnicas que coadjuvam a descoberta de fenômenos latentes, tais como observação participante, histórica ou relatos de vida, análise de conteúdo, entrevistas não-diretiva etc., que reúnem um *corpus* qualitativo de informações [...]”.

Desta forma, a pesquisa visa demonstrar através da análise e interpretação detalhada a qualidade das informações geradas por indicadores financeiros e a DFC, fornecendo assim aos gestores subsídios para a melhoria no processo de tomada de decisão.

2.3 QUANTO AOS OBJETIVOS?

Em relação aos objetivos do trabalho o mesmo é classificado como Exploratório através do levantamento bibliográfico e aplicação de estudo de caso, atendendo assim as definições de Gil (2008, p. 41) “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

Para Gil (2012, p. 27) “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

2.4 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS ADOTADOS?

Na realização da pesquisa quanto aos procedimentos técnicos utilizou-se a pesquisa bibliográfica, através da revisão de artigos, livros e teses buscando temas relacionados com o problema e objetivos do trabalho, como critério para seleção do material que fundamentou o

trabalho artigos com qualificação qualis capes (Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), livros relacionados ao tema dispostos no acervo da biblioteca da instituição e teses dispostas nos sites de universidades renomadas, não se restringiu em relação a data de publicação dos materiais, porém, realizou-se averiguação quanto a atualidade do conteúdo utilizado.

Sendo assim, atendendo a definição de Gil (2010, p. 29) “ A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos [...]”.

Após a realização da pesquisa bibliográfica, utilizou-se para aplicação prática do conhecimento obtido em um estudo de caso, com o objetivo de aprofundar o tema estudado e demonstrar sua relevância para as organizações, independente do seu porte. Atendendo assim a definição de Gil (2012, p. 57 e 58) “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhamento, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamento considerados”.

2.5 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida na Madeireira Richter Ltda, empresa jurídica de direito privado que atua no mercado de serraria com desdobramento de madeiras a mais de 29 anos, localizada no município de Cotriguaçu, estado de Mato Grosso. A escolha da empresa se deu pela representatividade na economia local e principalmente pelo processo contábil organizado e regular, levantando todas as demonstrações contábeis obrigatórias, em consonância com a legislação vigente.

A análise foi realizada nos períodos de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2016 e 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, foram analisadas as demonstrações contábeis da empresa, do período acima descrito, no qual compreende o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

Na execução da análise da pesquisa inicialmente foram levantados os indicadores financeiros (Liquidez Geral, Endividamento Geral, Rentabilidade sobre Vendas) e posteriormente o EBITDA e a Demonstração do Fluxo de Caixa, destacando a relação entre

os mesmos e suas funcionalidades como fonte geradora de informações úteis aos gestores para a tomada de decisão, não somente para grandes empresas, mas também para pequenas e médias.

3 ESTUDO DE CASO

Esta secção aborda a história da empresa estudada, a análise dos resultados e discussão destes obtidos durante a realização da pesquisa.

3.1 MADEIREIRA RICHTER LTDA

A empresa Madeira Richter Ltda, com sede à 3ª. Vicinal Leste, s/n, Setor Industrial, na cidade de Cotriguaçu, estado do Mato Grosso, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do estado do Mato Grosso, sob Nº 51 200 302231, por despacho em 28 de Março de 1.989 e iniciando suas atividades em 02 de Maio de 1.989.

Apresenta como atividade principal: serraria com desdobramento de madeiras, e atividades secundárias: o comércio atacadista e varejista de madeiras serradas, beneficiadas, em blocos e em toras; a exportação de essências florestais elaboradas e não elaboradas; e a prestação de serviços de secagem de madeiras.

Sociedade de responsabilidade limitada no qual fazem parte os sócios o Sr. Artemio Richter que detêm 50% do Capital Social da empresa e a Sr.^a Leani Friedrich Richter que detêm 50% de quotas das partes da sociedade.

3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O quadro a seguir demonstra os resultados obtidos através da análise dos indicadores financeiros, dos períodos que compreendem o ano de 2016 e 2017, da empresa Madeira Richter Ltda.

Quadro 4 – Indicadores Financeiros

Indicador	Fórmula	Interpretação	Resultado 2017	Resultado 2016
Liquidez Geral	$LG = \frac{AC+ARLP}{PC+PRLP}$	Determina na relação 1:1 a capacidade de crédito em relação ao débito (longo prazo).	$\frac{6.011.464,37}{2.953.185,12}$ $\cong 2,04$	$\frac{5.254.045,20}{1.845.109,96}$ $\cong 2,85$
Endividamento Geral	$EG = \frac{PC+P\tilde{N}C}{AT_{t-1}}$	Determina a fração do ativo que é financiada por terceiros.	$\frac{2.953.185,12}{14.796.478,61} \times 100$ $\cong 19,96\%$	$\frac{1.845.109,96}{15.921.186,56} \times 100$ $\cong 11,59\%$

Composição Endividamento	$CE = \frac{PC}{PC+P\tilde{N}C}$	Determina a composição do endividamento em relação ao seu prazo, curto ou a longo prazo.	$\frac{2.953.185,12}{2.953.185,12} \times 100$ 100%	$\frac{1.845.109,96}{1.845.109,96} \times 100$ 100%
Margem Líquida	$ML = \frac{LL}{RL}$	Determina o quanto de lucro está sendo gerado a cada real vendido.	$\frac{359.291,22}{5.990.586,87} \times 100$ $\cong 6\%$	$\frac{563.087,08}{6.116.332,61} \times 100$ $\cong 9,21\%$

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Nota-se que na análise do índice de liquidez geral a empresa apresenta um quociente considerado satisfatório, ou seja, para cada R\$ 1,00 (Um real) de dívida a curto e a longo prazo a empresa possui em 2017 R\$ 2,05 (Dois Reais e Cinco Centavos), mesmo com uma queda do indicador na comparação com 2016 a empresa mantém-se com capacidade financeira para arcar com as obrigações assumidas.

No que diz respeito à análise do índice de endividamento na comparação entre o ano de 2016 para 2017, observa-se um ligeiro aumento passando de aproximadamente 11,59% em 2016 para 19,96%, sendo assim, em relação ao seu Ativo total aproximadamente 19,96% é financiado por credores da entidade. Ao longo do trabalho foram apontados diversos entendimentos sobre o tema endividamento, sendo que via de regra, quanto maior este indicador pior é para as entidades, porém, algumas empresas conseguem trabalhar com um índice elevado de endividamento, mas para isso é necessário avaliar o seu prazo (conforme exposto no tópico 1.3.2).

Neste sentido, através da análise da composição do endividamento é possível constatar que em relação aos prazos de vencimentos do endividamento, o mesmo está alocado na totalidade a curto prazo (Passivo Circulante), desta forma, a empresa apresenta um nível saudável de financiamento de seus Ativos totais, que tem por finalidade o financiamento do seu capital de giro, por este motivo está concentrado no curto prazo.

No que tange à margem líquida da empresa, nota-se que houve um percentual considerável de redução passando de aproximadamente 9,26% em 2016 para 6% em 2017, o que pode ser explicado perfeitamente pela situação econômica atual do país, que no ano de 2016 conforme datado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Produto Interno Bruto (PIB) apresentou uma queda de 3,6% e o setor industrial caiu 3,8% na

comparação com o ano de 2015, já em 2017 o PIB houve aumento de 1%, porém, o setor industrial não apresentou nenhuma melhora fechando em 0% de aumento na comparação com 2017.

Com a finalidade comparativa deste indicador, foram realizadas buscas na BM&FBovespa de empresas do mesmo segmento (madeiras), que divulgam as demonstrações contábeis, apresentando-se duas empresas: Eucatex S.A Indústria e Comercio e Duratex S.A. As referidas firmas são companhias de capital aberto que negociam suas ações em bolsa e atuam em um ambiente regulatório distinto da empresa estudada, contudo a comparação é válida até mesmo para levar ao conhecimento dos gestores o percentual de margem líquida esperado para o setor. As empresas citadas apresentaram este indicador em 2017 respectivamente 3,48% e 4,64% e em 2016 2,93% e 0,67%, aproximadamente. Desta maneira, a empresa estudada apresenta uma margem líquida aceitável dentro do segmento no qual atua.

Contudo, vale ressaltar a relevância deste indicador, visto que o mesmo demonstra o quanto da receita líquida está se transformando em lucro para a entidade, sendo que sua posição afeta não somente a entidade, mas também a remuneração dos sócios, desta forma, vale sugerir ao gestor da empresa uma análise minuciosa deste fato.

O quadro a seguir apresenta a análise do indicador EBITDA dos períodos de 2016 e 2017, da empresa Madeireira Richter Ltda.

Quadro 5 – Lucro Antes Dos Impostos, Juros, Depreciação E Amortização - Lajida (EBITDA).

LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS, JUROS, DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO - LAJIDA (EBITDA)		
Título	2017	2016
VENDA BRUTA OPERACIONAL	6.581.180,65	6.872.025,50
DEDUCOES DE VENDAS	-590.593,78	-541.238,74
RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL	5.990.586,87	6.330.786,76
CUSTOS DAS VENDAS	-4.296.013,55	-4.237.069,54
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	1.694.573,32	2.093.717,22
DESPESAS/RECETAS OPERACIONAIS	-1.070.153,17	-1.379.351,21
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS, JUROS, DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO - LAJIDA (EBITDA)	624.420,15	714.366,01
DESPESAS FINANCEIRAS	-56.117,20	-10.063,24
RECEITAS FINANCEIRAS	246,89	73.238,46
LUCRO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	568.549,84	777.541,23
PROVISAO P/CONTRIBUICAO SOCIAL	-79.165,70	-81.490,44
PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA	-130.092,92	-132.963,71
LUCRO LIQUIDO	359.291,22	563.087,08

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A principal finalidade do indicador EBITDA é demonstrar a capacidade operacional da entidade em gerar fluxos de caixa da atividade operacional, sendo a principal atividade da organização a mesma é fundamental para determinar a saúde financeira. Conforme a análise efetuada, pode-se observar que a empresa detém capacidade operacional para geração de fluxos de caixa, notando-se um decréscimo na comparação entre 2016 para 2017, o que se explica principalmente através da diminuição do seu faturamento e o aumento do CMV que em 2016 representava 61% das receitas, já e em 2017 65%.

O quadro a seguir apresenta a Demonstração de Fluxo de Caixa dos anos de 2016 e 2017, da empresa Madeireira Richter Ltda.

Quadro 6 – Demonstração Fluxo de Caixa (Método Indireto)

MADEIREIRA RICHTER LTDA		
CNPJ: 32.951.881/0001-12		
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
	2017	2016
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>		
Resultado Líquido do Exercício	359.291,22	563.087,08
<u>Ajustes ao Resultado Líquido</u>		
Outros Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	-11.000,00
Resultado Líquido Ajustado	359.291,22	552.087,08
<u>Variações das Contas de Ativo e Passivo Operacional</u>		
Aumento/Redução em Duplicatas a Receber	4.372,95	-173.288,72
Adiantamentos	34.885,91	-42.319,32
Outros Créditos	-105.304,53	1.565.450,70
Estoques	-610.719,63	-423.915,44
Dispêndios Antecipados	74.074,86	-48.895,18
Fornecedores	858.824,81	-383.640,82
Obrigações Sociais/Trabalhistas	5.972,85	44.076,38
Obrigações Tributárias	2.281,59	-122.533,67
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	623.680,03	967.021,01
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>		
Pagamento pela Compra de Imobilizado e Intangível	-129.634,00	-23.520,00
Aquisição de Investimentos/Participações	-155.404,45	-177.808,34
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimentos	-285.038,45	-201.328,34
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u>		
Empréstimos Contraídos	47.277,19	140.241,80
Aumento de Capital pelos Sócios	412.072,50	0,00
Pagamento Lucros a Distribuir	-492.440,86	-1.350.218,24
Outras Variações	-289.000,00	-5.120,48
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	-322.091,17	-1.215.096,92
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	16.550,41	-449.404,25
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	30.053,82	479.458,07
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	46.604,23	30.053,82
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	16.550,41	-449.404,25

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme exposto ao longo do trabalho é obrigatória apenas para as entidades de capital aberto e companhias com Patrimônio Líquido superior a R\$ 2.000.000,00, porém, como ferramenta de análise para a tomada de decisão constitui um demonstrativo com aplicabilidade para qualquer organização e principalmente nas empresas que não possuem obrigação legal para o seu levantamento. Destaca-se que a falta de fluxo caixa em muitos casos é fator determinante para o insucesso de qualquer empreendimento.

Conforme a DFC levantada na empresa Madeireira Richter é possível constatar que no ano de 2016 a empresa obteve um fluxo de caixa negativo no montante de R\$ 449.404,25, neste primeiro momento ao analisarmos este dado, pressupõe-se que a entidade está em sérios riscos, no que diz respeito à saúde financeira. Porém, a DFC através da divisão dos fluxos de caixa em atividades operacionais, de investimento e financiamento, possibilita o entendimento diferente do inicial, visto que esta segregação é de fácil compreensão o que proporciona gerar informações úteis para seus usuários.

Sendo que no ano de 2017 a empresa apresentou os seguintes montantes em suas atividades: Atividade Operacional caixa líquido gerado de R\$ 623.680,03; Atividade de Investimento caixa consumido de R\$ 285.038,45; Atividade de Financiamento caixa consumido de R\$ 322.091,17, findando o ano com um fluxo de caixa positivo em R\$ 16.550,41. No ano de 2016 os montantes ficaram da seguinte forma: Atividade Operacional caixa líquido gerado de R\$ 967.021,01; Atividade de Investimento caixa consumido de R\$ 201.328,34; Atividade de Financiamento Caixa Consumido de R\$ R\$ 1.215.096,92, fechando o ano com uma variação no fluxo de caixa negativa, em R\$ 449.404,25.

Tal situação se explica pelo fato de que no ano de 2016, a entidade nas atividades operacionais gerou um volume considerável de fluxos de caixa (conforme também constatado no cálculo do EBITDA), possibilitando a realização de investimento, porém, o fator determinante para o fluxo de caixa negativo foi pagamento de lucros a distribuir aos sócios, nota-se que o lucro distribuído é superior ao obtido no ano. Este fato se dá pela política de distribuição de lucros, inicialmente é realizada a retenção e por consequência a utilização deste capital na empresa e à medida que os sócios necessitam é realizado o pagamento dos lucros a distribuir.

Sendo assim, no ano em que são efetuados estes pagamentos de lucros, há uma consequência significativa na Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade, o que

necessariamente não significa uma falta de fluxo de caixa da empresa, que possa comprometer a capacidade financeira e sim uma política adotada, sendo que, os índices financeiros apresentados no período alcançam resultados assegurando que mesmo com a preferência pela retenção dos lucros, a empresa continua mantendo uma perspectiva financeira sólida. Destaca-se que essa política torna-se atrativa para a empresa, por se tratar de uma empresa familiar, o que facilita a implantação desta captação de recursos para maximizar suas operações.

Em 2017 nota-se a mesma situação apresentada, porém em um volume menor devido, principalmente, à redução dos fluxos de caixa da atividade operacional, contudo a entidade manteve uma postura de realização de investimento, o que é um aspecto positivo e realizou um montante menor de distribuição de lucros, findando o ano com um fluxo de caixa positivo e mantendo sua capacidade financeira satisfatória.

3.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Pode ser constatado diante da análise das demonstrações contábeis da entidade através dos indicadores financeiros, tais como: a liquidez geral, endividamento geral, composição de endividamento e margem líquida, que a empresa analisada apresenta índices satisfatórios, porém, vale destacar que na comparação entre os anos, em 2017 houve uma pequena queda da liquidez geral, da margem líquida, e um aumento no seu endividamento. Não influenciando de formar significativa na estrutura financeira da empresa, contudo, é necessário atenção a este fato.

É possível afirmar, através da análise do EBITDA, que a empresa tem capacidade na parte operacional para gerar fluxos de caixa, o que é um ponto relevante em qualquer organização, porém, nota-se também uma pequena queda no ano de 2017 em comparação com 2016. A parte operacional da empresa é um ponto chave para a continuidade no mercado, sendo assim, qualquer alteração inspira cuidados para os gestores.

No que tange à Demonstração dos Fluxos de Caixa é possível constatar que a empresa consegue gerar fluxos de caixa em sua atividade operacional, possibilitando a aplicação desses fluxos em investimento, o que é um ponto importante e necessário. Além disso, tem possibilidade financeira para realizar a remuneração devida aos sócios, que adotam uma postura de acúmulo de lucros na empresa, na medida em que apresenta capacidade ou que os

mesmos necessitem deste capital, é realizado o pagamento, ocasionando conforme o ano de 2016 um impacto significativo na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Tonar-se possível também identificar que através desta política de distribuição de lucros, os indicadores financeiros não acompanham a DFC, apresentando-se de forma clara ao analisarmos o ano de 2016, em que o fluxo de caixa foi negativo, porém, os índices de liquidez geral e margem líquida foram melhores que no ano de 2017, que por sua vez apresentou um fluxo de caixa positivo, mas tais indicadores sofreram reduções. O índice de endividamento sofreu um aumento em 2017 devido ao adiantamento de capital realizado pelos sócios, e o EBITDA por sua semelhança com a DFC, acompanhou a redução no ano de 2017 em relação à parte operacional.

Neste sentido, tais informações servem para auxiliar os gestores no processo decisório, nas quais vale destacar: a margem líquida da entidade que sofreu uma ligeira redução, o que tem impacto imediato na lucratividade da empresa e por consequência também afeta a distribuição de resultados. Esse fato aponta aos gestores a necessidade de uma análise detalhada de suas receitas, custos e despesas, com vistas a encontrar pontos negativos e a partir deste momento traçar caminhos para reverter tal situação com o intuito de melhorá-la.

Outro ponto importante que pode auxiliar os gestores é análise do indicador de composição do endividamento, onde a empresa apresenta 100% de suas obrigações a curto prazo, mesmo a entidade possuindo capacidade financeira para arcar com todas suas obrigações a curto prazo, pode ocorrer em um momento que foge a normalidade uma complicação para empresa, visto que suas dívidas são todas de imediato, são responsáveis em financiar o seu capital de giro. Desta forma, é interessante também a análise de dívidas a longo prazo, principalmente para financiar os ativos também de longo prazo.

Além disso, outra análise que auxilia os gestores na tomada de decisão é em relação à DFC, na qual observa-se que a atividade operacional no ano de 2017 sofreu uma queda na geração de fluxos de caixa considerável, sendo assim, possibilita um enfoque maior nessa área, com vistas a revisar suas políticas de estoques, de prazo de pagamento a fornecedores, e recebimento de clientes, buscando maximizar a operação principal da entidade.

Conforme exposto, a Demonstração dos Fluxos de Caixa junto aos indicadores financeiros e ao EBITDA, é capaz de fornecer informações relevantes de cunho financeiro da entidade analisada, nutrindo desta forma os gestores, de informações úteis que auxiliam o

processo decisório, com o intuito de tomar as melhores decisões possíveis, para maximizar a rentabilidade da organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova conjuntura econômica mundial faz com que as organizações necessitem de informações em tempo real sobre diversos aspectos, dentre os quais se destaca a sua posição patrimonial e financeira. Sendo assim, a contabilidade tem em sua principal finalidade servir de fonte de informações úteis que auxiliam no processo de tomada de decisão. Nas grandes corporações, o uso da contabilidade é inquestionável pautando todas as tomadas de decisões, porém, nas pequenas e médias empresas a realidade é diferente, sendo que a contabilidade é utilizada na maioria das vezes para atender ao fisco.

A este fato é creditado na perspectiva de que as empresas se prendem à legislação, que as desobrigam de levantar suas demonstrações contábeis, o que acaba comprometendo a geração de informações vitais para a sua sobrevivência e continuidade no mercado. Desta forma, faz-se necessário que os profissionais da contabilidade demonstrem para os gestores das organizações, a relevância da contabilidade para a gestão de seus empreendimentos, e que, dentre as várias ferramentas ofertadas pela contabilidade, à utilização da análise da capacidade financeira, econômica e patrimonial, torna-se fator essencial nas tomadas de decisão.

Sendo assim, o presente trabalho apresentou como objetivo conceituar e apresentar a utilização de indicadores financeiros, aliado a Demonstração dos Fluxos de Caixa com a finalidade de melhorar o processo de tomada de decisão de empresas que não possuem obrigação legal para apresentação, buscando destacar a sua capacidade contributiva, não apenas em grandes empreendimentos, mas também em pequenas e médias empresas.

Desta maneira, com o intuito de responder o objetivo traçado, buscou-se a revisão bibliográfica de autores que destacam a utilização dos indicadores financeiros e também da DFC, como medida para avaliar a situação financeira das entidades, posteriormente com o conhecimento adquirido foi aplicado um estudo de caso na empresa Madeireira Richter Ltda, objetivando exemplificar na prática o problema de pesquisa definido, o que resultou na confirmação positiva, a análise da DFC aliada aos indicadores financeiros é capaz de prover informações precisas aos seus usuários para a melhoria no processo decisório, independente do porte da empresa.

É possível respaldar a afirmação apresentada através dos resultados obtidos, demonstrando que a utilização da DFC proporciona uma visão geral dos fluxos de caixa da

empresa e seccionada por atividades operacional, investimento e financiamento, proporciona aos gestores verificar as atividades que estão gerando fluxos de caixa e as quais estão consumindo e se aliar à comparação entre períodos, resulta em uma importante ferramenta para verificação de inconformidades e, por consequência, auxiliar no processo decisório com vistas a corrigir as situações indesejadas que comprometem o desempenho da entidade.

Além disso, conforme apresentado no trabalho os indicadores financeiros consistem em uma importante ferramenta para medir o desempenho financeiro de qualquer empresa, visto que proporcionam, por meio da comparação com períodos anteriores, a verificação se a entidade apresenta um melhora ou piora no seu desempenho. Com isso, auxilia os gestores a buscarem análises precisas em pontos chaves, que estão influenciando sua performance, contribuindo para a tomada de decisão rápida e eficaz, desta forma, maximizam as operações e, por consequência, a riqueza gerada pela empresa.

A capacidade informacional da contabilidade é inquestionável para as organizações, desde os primórdios e principalmente no cenário atual aonde é exigida cada vez mais, devido à rapidez em que as decisões têm que ser tomadas. Porém, nota-se que no Brasil somente as organizações de grande porte utilizam a mesma da maneira correta, neste sentido, é necessário o rompimento desta barreira para as empresas de pequeno e médio porte, sendo que essa quebra de paradigma passa necessariamente pela demonstração da capacidade de geração de informações aos gestores desses empreendimentos.

O trabalho limitou-se à comparação de indicadores e o fluxo de caixa nos anos de 2017 e 2016 em uma empresa do setor industrial, principalmente pelas dificuldades encontradas na aplicabilidade do estudo em outros setores, devido à falta de empresas que levantam as demonstrações contábeis ora analisadas e também que possuem o desimpedimento de dispor das mesmas para análise em trabalhos acadêmicos. Desta forma, torna-se relevante para futuros estudos a aplicação em diversos setores com o intuito de reforçar a finalidade da contabilidade para esses empreendimentos, além da demonstração de outras ferramentas da contabilidade que auxiliam os gestores para melhorar a tomada decisão.

REFERÊNCIAS

AMARO, A. G. C.; TEIXEIRA, N. M. D. Avaliação do Desempenho Financeiro e da Criação de Valor: um estudo de caso. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 9, n. 4, p. 157-178, out-dez 2013. ISSN 1809-3337.

ARAÚJO, W. C. O.; SILVA, E. L. D.; RADOS, G. J. V. Inovação, Competitividade e Informação: Breves Reflexões. **Revista Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 98-121, jul-dez 2017. ISSN 2236-417x.

BARBOSA, R. R. Acesso e necessidades de informação de profissionais brasileiros: um estudo exploratório. **Revista Perspectivas em ciências da informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 5-35, jan-jun 1997. ISSN 1981-5344.

BORGES, M. S. D.; NUNES, S. C. D.; ALVES, M. T. V. D. A Demonstração dos Fluxos de Caixa e sua Contribuição para uma Tomada de Decisão mais Informada. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 1, p. 141-158, jan-mar 2012. ISSN 1809-3337.

BRAGA, H. R. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Lei N 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm>. Acesso em: 08 jun. 2018.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas Sociais**. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COELHO, F. S. EBTIDA: a busca de uma melhor compreensão do maior vox populi do mercado financeiro. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 26, p. 1-13, 2005. ISSN 2177-417X.

COLOMBO, V. L. B. **Diferenças entre o valor do EBITDA divulgado pelas S.A. e o apurado metodologicamente: estudo de 128 companhias listadas na BM&FBOVESPA em 6 setores**. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa**, 2010. Disponível em:

<http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2010.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**, 2011. Disponível em:
<http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

COSTA, A.; THEÓFILO, C. R.; YAMAMOTO, M. M. A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 110-126, mai-ago 2012. ISSN 1984-3925.

DAGA, K.; KRUGER, S. D.; MAZZIONI, S. Demonstração dos Fluxos de Caixa: Controle gerencial ou obediência normativa? **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 93-112, jan-mar 2015.

FERRAZ, P. S.; SOUSA, E. F.; NOVAES, P. V. G. Relação entre Liquidez e Rentabilidade das empresas listadas na BMF&BOVESPA. **Revista Contexto**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 55-67, jan-abr 2017.

FREZATTI, F. **Gestão do Fluxo de Caixa**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FREZATTI, F.; AGUIAR, A. B. D. EBITDA: Possíveis Impactos sobre o Gerenciamento das Empresas. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 3, n. 3, p. 07-24, set-dez 2007. ISSN 1809-3337.

FUJI, A. H. O conceito de Lucro Econômico no Âmbito da Contabilidade Aplicada. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 1, n. 36, p. 74-86, set-dez 2004. ISSN 1808-057X.

GASPARETTO, V. Papel da Contabilidade no Provimento de Informações para a Avaliação do Desempenho Empresarial. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 11-40, Jul-Dez 2004. ISSN 1807-1821.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIRIOLI, L. S. **Análise do uso de medidas de desempenho de empresas presentes na pesquisa em contabilidade no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. 2010.

GITMAN, L. J.; MADURA, J. **Administração Financeira: Uma abordagem gerencial**. Tradução de Maria L. G. L. Rosa. 7ª. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

HOCHSPRUNG, R. et al. Obrigatoriedade da Escrituração Contábil nas Micro e Pequenas Empresas na Concepção dos Contabilistas da Grande Florianópolis. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 3, n. 1, p. 20-36, jan-jun 2011. ISSN 2176-9036.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS**, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9439-pib-recua-3-6-em-2016-e-fecha-ano-em-r-6-3-trilhoes>>. Acesso em: 29 set 2018.

_____. **AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS**, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes>>. Acesso em: 29 set 2018.

IUDÍCIBUS, S. D. **Análise de Balanços**. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, S. D.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. D. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACEDO, M. A. D. S.; CORRAR, L. J. Mensuração do Desempenho Contábil-Financeiro: Comparando Metodologias de Consolidação de Índices. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 1-14, jan-jun 2012. ISSN 2178-9258.

MARAGNO, L. M. D.; BORBA, J. A.; FEY, V. A. Como as Empresas mais Negociadas no BM&FBOVESPA Divulgam o EBITDA? **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 58-79, jan-abr 2014. ISSN 1984-3291.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 6ª. ed. São Paulo: Altas, 2011.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Contabilidade Empresarial**. 17ª. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, E. Contabilidade versus fluxo de caixa. **Caderno de Estudos**, São Paulo, n. 20, p. 01-10, abr 1999.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MIRANDA, G. J.; REIS, A. D. Indicadores Financeiros e não Financeiros de Longo Prazo: um estudo em empresas atacadistas e distribuidoras. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 11-34, out-dez 2006. ISSN 0103-734X.

MOREIRA, A. T. et al. Um Estudo Comparativo do EBITDA e do Fluxo de Caixa Operacional em Empresas Brasileira do Setor de Telecomunicações. **Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 4, n. 3, p. 05-22, set-dez 2014. ISSN ISSN 2238-5320.

NUINTIN, A. A. **O desenvolvimento de indicadores do desempenho e da qualidade para o processo de produção: Estudo de casos do processo de produção do café**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. 2007.

OLIVEIRA, C. D. R. et al. Um estudo sobre causalidade entre EBITDA e retorno das ações de empresas brasileiras (2008 - 2014). **Revista Enfoque Reflexão Contábil**, Paraná, v. 36, n. 2, p. 115-130, mai-ago 2017. ISSN 1984-882X.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Avançada**. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SIENA, O. et al. O Fluxo de Caixa como Ferramenta de Gerenciamento Financeiro de Pequenas Empresas. **Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco**, Osasco, v. 1, n. 1, p. 23-39, jan-jun 2015. ISSN 2446-8622.

SOUZA, A. D. S. et al. Evidenciação Voluntária de Informações Contábeis por Companhias Abertas do Sul Brasileiro. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 4, p. 39-56, out-dez 2008. ISSN 1809-3337.

SOUZA, P. D. et al. Estudo Sobre os Atributos da Contabilidade Gerencial em Empresas de Capital Aberto do Setor de Energia Elétrica. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 7, n. 2, p. 215-230, jan-dez 2015. ISSN 2176-9036.

SZUSTER, N. et al. **Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária**. 4^a. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VERGARA, C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 11^a. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WERNKE, R.; JUNGES, I.; SCHLICKMANN, L. Aplicação comparativa entre EVA e EBITDA: estudo de caso em empresa fabril. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 12, n. 27, p. 87-116, set-dez 2015. ISSN 2175-8069.

ANEXOS

Anexo 1 - Balanço Patrimonial (Ativo) 2015 - Madeireira Richter Ltda

BALANÇO PATRIMONIAL 2015 - MADEIREIRA RICHTER LTDA	
Nome da Conta	Valor
ATIVO	15.921.186,56
ATIVO CIRCULANTE	5.997.863,91
ATIVO DISPONÍVEL	479.458,07
CAIXA	19.294,60
BANCOS C/ MOVIMENTO	460.163,47
DIREITOS	793.668,78
CLIENTES	793.668,78
CRÉDITOS	9.033,00
ADIANTAMENTOS	9.033,00
OUTROS CRÉDITOS	1.827.901,96
CONTAS CORRENTES	550.000,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	793.532,10
ANTECIPAÇÃO DE INVESTIMENTO	484.369,86
ESTOQUES	2.887.802,10
ESTOQUES TOTAIS MATRIZ	2.865.058,28
ESTOQUES TERCEIROS (INDUSTR.)	22.743,82
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	442.732,88
DIREITOS	442.732,88
CONSÓRCIOS NÃO CONTEMPLADOS	263.177,61
DEPÓSITOS JUDICIAIS	15.000,00
DESPESAS A REALIZAR	164.555,27
ATIVO PERMANENTE	9.479.589,77
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS	1.837.438,60
PARTICIPAÇÕES	56.814,15
INVESTIMENTOS	947.212,24
PROJETOS MANEJO E EXPLORAÇÃO	833.412,21
ATIVO IMOBILIZADO	7.642.151,17
BENS CORPÓREOS ADMINISTRAÇÃO	183.567,21
BENS CORPÓREOS OPERACIONAL	7.449.049,37
BENS INCORPÓREOS	9.534,59
COMPENSAÇÃO	1.000,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	1.000,00
VALORES DIVERSOS	1.000,00

Anexo 2 - Balanço Patrimonial (Passivo) 2015 - Madeireira Richter Ltda

BALANÇO PATRIMONIAL 2015 - MADEIREIRA RICHTER LTDA	
Nome da Conta	Valor
PASSIVO	15.921.186,56
OBRIGAÇÕES GERAIS	2.058.245,98
PASSIVO CIRCULANTE	1.150.111,10
FORNECEDORES	975.620,87
OBRIGAÇÕES	102.412,19
TRIBUTÁRIAS	72.078,04
OUTRAS CONTAS	821.503,50
LUCROS A DISTRIBUIR	519.233,56
CONTAS CORRENTES	294.120,48
DIREITO DE USO	8.149,46
OUTRAS OBRIGAÇÕES	86.631,38
ENDOSSOS A TERCEIROS	86.631,38
EXIGÍVEL	113.840,77
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	113.840,77
PARCELAMENTOS FISCAIS	113.840,77
PATRIMONIO TOTAL	12.504.523,22
PATRIMÔNIO TOTAL LÍQUIDO	1.000.000,00
CAPITAL	1.000.000,00
RESERVAS	11.504.523,22
RESERVAS PATRIMONIAIS	11.504.523,22
APURAÇÃO	1.243.576,59
APURAÇÃO DE RESULTADOS	1.243.576,59
APURAÇÃO TRIMESTRAL	1.243.576,59
COMPENSAÇÃO	1.000,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	1.000,00
VALORES DIVERSOS	1.000,00

Anexo 3 - DRE 2015 - Madeireira Richter Ltda

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO EXERCÍCIO 2015 - MADEIREIRA RICHTER LTDA

Titulo	Valor
VENDA BRUTA OPERACIONAL	6.114.153,62
VENDAS DE PRODUTOS-MERCADO INTERNO (MATRIZ)	1.695.602,08
VENDAS DE PRODUTOS-MERCADO EXTERNO (MATRIZ)	4.403.810,26
RECEITA DE SERVIÇOS INDUSTRIALIZADOS	14.741,28
DEDUCOES DE VENDAS	-622.863,86
COFINS S/FATURAMENTO MERCADO INTERNO	-49.944,97
FETHAB S/VENDAS MERCADO INTERNO	-29.725,41
I.C.M.S. S/VENDAS MERCADO INTERNO	-203.809,73
I.C.M.S. S/FRETES MERCADO INTERNO	-64.715,60
I.N.S.S. S/FATURAMENTO M.INTERNO	-47.447,53
P.I.S. S/FATURAMENTO MERCADO INTERNO	-10.821,42
CONTRIBUIÇÃO S/LUCRO - (PRESUMIDO)	-76.080,59
FETHAB S/FRETE MERCADO EXTERNO	-16.316,07
I.R.P. JURÍDICA - (PRESUMIDO)	-124.002,54
OUTRAS DEDUÇÕES VENDAS	-45.510,81
PERDAS POR ROUBO OU SINISTRO MERCADO INTERNO	-45.510,81
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	5.445.778,95
RECEITA LÍQUIDA PRODUTO M. INTERNO (MATRIZ)	1.308.342,21
RECEITA LÍQUIDA PRODUTO M. EXTERNO (MATRIZ)	4.122.695,46
RECEITA LÍQUIDA PRODUTO INDUSTRIALIZADOS	14.741,28
CUSTOS DAS VENDAS	-3.499.961,56
DA MADEIRA SERRADA	-1.575.780,20
DA MADEIRA BENEFICIADA	-1.802.683,68
DA MADEIRA TOROS	-23.901,09
DO SERVIÇO A ORDEM TERCEIROS	-97.596,59
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	1.945.817,39
LUCRO BRUTO PRODUTOS ELABORADOS	1.945.817,39
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-702.240,80
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-986.557,53
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-124.251,38
DESPESAS FINANCEIRAS	-6.865,59
RECEITAS FINANCEIRAS	88.865,28
OUTRAS RECEITAS	358.582,77
DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	-23.674,02
DESPESAS AGRÍCOLA PASTORIL	-8.340,33
LUCRO OPERACIONAL	1.243.576,59
ANTES DA CONTRIBUICAO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	1.243.576,59
LIQUIDO	1.243.576,59

Anexo 4 - Balanço Patrimonial (Ativo) 2016 – Madeireira Richter Ltda

BALANÇO PATRIMONIAL 2016 - MADEIREIRA RICHTER LTDA

Nome da Conta	Valor
ATIVO	14.796.478,61
ATIVO CIRCULANTE	4.622.532,44
ATIVO DISPONÍVEL	30.053,82
CAIXA	12.138,42
BANCOS C/ MOVIMENTO	17.915,40
DIREITOS	966.957,50
CLIENTES	966.957,50
CRÉDITOS	51.352,32
ADIANTAMENTOS	51.352,32
OUTROS CRÉDITOS	262.451,26
IMPOSTOS A RECUPERAR	262.451,26
ESTOQUES	3.311.717,54
ESTOQUES TOTAIS MATRIZ	3.311.717,54
ATIVO NÃO CIRCULANTE	631.512,76
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	631.512,76
CONSÓRCIOS NÃO CONTEMPLADOS	403.062,31
DEPÓSITOS JUDICIAIS	15.000,00
DESPESAS A REALIZAR	213.450,45
ATIVO PERMANENTE	9.541.033,41
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS	1.875.362,24
PARTICIPAÇÕES	79.737,79
INVESTIMENTOS	962.212,24
PROJETOS MANEJO E EXPLORAÇÃO	833.412,21
ATIVO IMOBILIZADO	7.665.671,17
BENS CORPÓREOS ADMINISTRAÇÃO	183.567,21
BENS CORPÓREOS OPERACIONAL	7.472.569,37
BENS INCORPÓREOS	9.534,59
COMPENSAÇÃO	1.400,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	1.400,00
VALORES DIVERSOS	1.400,00

Anexo 5 - Balanço Patrimonial (Passivo) 2016 - Madeireira Richter Ltda

BALANÇO PATRIMONIAL 2016 - MADEIREIRA RICHTER LTDA

Nome da Conta	Valor
PASSIVO	14.796.478,61
OBRIGAÇÕES GERAIS	1.845.109,96
PASSIVO CIRCULANTE	801.853,76
FORNECEDORES	591.980,05
OBRIGAÇÕES	146.488,57
TRIBUTÁRIAS	63.385,14
OUTRAS CONTAS	816.383,02
LUCROS A DISTRIBUIR	519.233,56
CONTAS CORRENTES	289.000,00
DIREITO DE USO	8.149,46
EXIGIBILIDADES DE CURTO PRAZO	140.241,80
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	140.241,80
OUTRAS OBRIGAÇÕES	86.631,38
ENDOSSOS A TERCEIROS	86.631,38
PATRIMONIO TOTAL	12.386.881,57
PATRIMÔNIO TOTAL LÍQUIDO	1.000.000,00
CAPITAL	1.000.000,00
RESERVAS	11.386.881,57
RESERVAS PATRIMONIAIS	11.386.881,57
PREJUÍZOS	-113.854,12
PREJUÍZOS ACUMULADOS	-113.854,12
APURAÇÃO DE EXERCÍCIO	-113.854,12
APURAÇÃO	676.941,20
APURAÇÃO DE RESULTADOS	676.941,20
APURAÇÃO TRIMESTRAL	676.941,20
COMPENSAÇÃO	1.400,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	1.400,00
VALORES DIVERSOS	1.400,00

Anexo 6 - DRE 2016 - Madeireira Richter Ltda

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO EXERCÍCIO 2016 - MADEIREIRA RICHTER LTDA

Titulo	Valor
VENDA BRUTA OPERACIONAL	6.872.025,50
VENDAS DE PRODUTOS-MERCADO INTERNO (MATRIZ)	1.998.527,77
VENDAS DE PRODUTOS-MERCADO EXTERNO (MATRIZ)	4.873.497,73
DEDUCOES DE VENDAS	-755.692,89
COFINS S/FATURAMENTO MERCADO INTERNO	-59.955,83
FETHAB S/VENDAS MERCADO INTERNO	-36.997,92
I.C.M.S. S/VENDAS MERCADO INTERNO	-245.502,42
I.C.M.S. S/FRETES MERCADO INTERNO	-104.674,50
I.N.S.S. S/FATURAMENTO M.INTERNO	-56.957,84
P.I.S. S/FATURAMENTO MERCADO INTERNO	-12.990,43
CONTRIBUIÇÃO S/LUCRO - (PRESUMIDO)	-81.490,44
FETHAB S/FRETE MERCADO EXTERNO	-24.159,80
I.R.P. JURÍDICA - (PRESUMIDO)	-132.963,71
RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL	6.116.332,61
RECEITA LÍQUIDA PRODUTO M. INTERNO (MATRIZ)	1.586.123,33
RECEITA LÍQUIDA PRODUTO M. EXTERNO (MATRIZ)	4.530.209,28
CUSTOS DAS VENDAS	-4.237.069,54
DA MADEIRA SERRADA	-1.636.192,85
DA MADEIRA BENEFICIADA	-2.235.966,66
DA MADEIRA TOROS	-364.910,03
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	1.879.263,07
LUCRO BRUTO PRODUTOS ELABORADOS	1.879.263,07
DESPEAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-1.316.175,99
DESPEAS ADMINISTRATIVAS	-1.430.195,52
OUTRAS DESPEAS OPERACIONAIS	-206.582,93
DESPEAS FINANCEIRAS	-10.063,24
RECEITAS FINANCEIRAS	73.238,46
OUTRAS RECEITAS	313.487,31
DESPEAS NAO DEDUTIVEIS	-42.626,57
DESPEAS AGRÍCOLA PASTORIL	-13.433,50
LUCRO OPERACIONAL	563.087,08
ANTES DA CONTRIBUICAO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	563.087,08
LIQUIDO	563.087,08

Anexo 7 - Balanço Patrimonial (Ativo) 2017 - Madeireira Richter Ltda

BALANÇO PATRIMONIAL 2017 - MADEIREIRA RICHTER LTDA

Nome da Conta	Valor
ATIVO	15.700.115,91
ATIVO CIRCULANTE	5.315.848,15
ATIVO DISPONÍVEL	46.604,23
CAIXA	14.077,88
BANCOS C/ MOVIMENTO	32.526,35
DIREITOS	962.584,55
CLIENTES	962.584,55
CRÉDITOS	16.466,41
ADIANTAMENTOS	16.466,41
OUTROS CRÉDITOS	367.755,79
IMPOSTOS A RECUPERAR	367.755,79
ESTOQUES	3.922.437,17
ESTOQUES TOTAIS MATRIZ	3.922.437,17
ATIVO NÃO CIRCULANTE	695.616,22
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	695.616,22
CONSÓRCIOS NÃO CONTEMPLADOS	541.240,63
DEPÓSITOS JUDICIAIS	15.000,00
DESPESAS A REALIZAR	139.375,59
ATIVO PERMANENTE	9.687.893,54
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS	1.892.588,37
PARTICIPAÇÕES	96.963,92
INVESTIMENTOS	962.212,24
PROJETOS MANEJO E EXPLORAÇÃO	833.412,21
ATIVO IMOBILIZADO	7.795.305,17
BENS CORPÓREOS ADMINISTRAÇÃO	183.567,21
BENS CORPÓREOS OPERACIONAL	7.602.203,37
BENS INCORPÓREOS	9.534,59
COMPENSAÇÃO	758,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	758,00
VALORES DIVERSOS	758,00

Anexo 8 - Balanço Patrimonial (Passivo) 2017 - Madeireira Richter Ltda

BALANÇO PATRIMONIAL 2017 - MADEIREIRA RICHTER LTDA

Nome da Conta	Valor
PASSIVO	15.700.115,91
OBRIGAÇÕES GERAIS	2.953.185,12
PASSIVO CIRCULANTE	1.668.933,01
FORNECEDORES	1.450.804,86
OBRIGAÇÕES	152.461,42
TRIBUTÁRIAS	65.666,73
OUTRAS CONTAS	598.029,24
LUCROS A DISTRIBUIR	589.879,78
DIREITO DE USO	8.149,46
EXIGIBILIDADES DE CURTO PRAZO	187.518,99
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	187.329,99
CHEQUES EM LIQUIDAÇÃO	189,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	498.703,88
ENDOSSOS A TERCEIROS	86.631,38
ADIANT P/ AUMENTO DE CAPITAL	412.072,50
PATRIMONIO TOTAL	12.386.881,57
PATRIMÔNIO TOTAL LÍQUIDO	1.000.000,00
CAPITAL	1.000.000,00
RESERVAS	11.386.881,57
RESERVAS PATRIMONIAIS	11.386.881,57
APURAÇÃO	359.291,22
APURAÇÃO DE RESULTADOS	359.291,22
APURAÇÃO TRIMESTRAL	359.291,22
COMPENSAÇÃO	758,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	758,00
VALORES DIVERSOS	758,00

Anexo 9 - DRE 2017 - Madeireira Richter Ltda

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO EXERCÍCIO 2017 - MADEIREIRA RICHTER LTDA	
Titulo	Valor
VENDA BRUTA OPERACIONAL	6.581.180,65
VENDAS DE PRODUTOS-MERCADO INTERNO (MATRIZ)	2.254.960,00
VENDAS DE PRODUTOS-MERCADO EXTERNO (MATRIZ)	4.326.220,65
DEDUCOES DE VENDAS	-590.593,78
COFINS S/FATURAMENTO MERCADO INTERNO	-66.375,40
FETHAB S/VENDAS MERCADO INTERNO	-48.867,40
I.C.M.S. S/VENDAS MERCADO INTERNO	-273.751,28
I.C.M.S. S/FRETES MERCADO INTERNO	-99.003,34
I.N.S.S. S/FATURAMENTO M.INTERNO	-64.187,59
P.I.S. S/FATURAMENTO MERCADO INTERNO	-14.381,33
FETHAB S/FRETE MERCADO EXTERNO	-24.027,44
RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL	5.990.586,87
RECEITA LÍQUIDA PRODUTO M. INTERNO (MATRIZ)	1.787.397,00
RECEITA LÍQUIDA PRODUTO M. EXTERNO (MATRIZ)	4.203.189,87
CUSTOS DAS VENDAS	-4.296.013,55
DA MADEIRA SERRADA	-2.065.254,61
DA MADEIRA BENEFICIADA	-2.126.893,50
DA MADEIRA TOROS	-103.865,44
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	1.694.573,32
LUCRO BRUTO PRODUTOS ELABORADOS	1.694.573,32
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-1.126.023,48
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-1.320.377,53
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-117.456,46
DESPESAS FINANCEIRAS	-56.117,20
RECEITAS FINANCEIRAS	246,89
OUTRAS RECEITAS	383.634,32
DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	-8.560,39
DESPESAS AGRÍCOLA PASTORIL	-7.393,11
LUCRO OPERACIONAL	568.549,84
ANTES DA CONTRIBUICAO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	568.549,84
PROVISAO P/CONTRIBUICAO SOCIAL	-79.165,70
PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA	-130.092,92
LIQUIDO	359.291,22

Anexo 10 – DRE 2017 e 2016 – Duratex S.A

DRE - DURATEX S.A		
Descrição	2017	2016
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.990.866,00	3.909.760,00
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.847.097,00	-2.900.628,00
Varição do valor justo dos ativos biológicos	214.933,00	157.973,00
Custo dos produtos vendidos	-3.062.030,00	-3.058.601,00
Resultado Bruto	1.143.769,00	1.009.132,00
Despesas/Receitas Operacionais	-722.428,00	-692.017,00
Despesas com Vendas	-638.521,00	-591.429,00
Despesas Gerais e Administrativas	-15.892,00	-155.883,00
Despesas Administrativas	-143.308,00	-141.552,00
Honorários da administração	-15.612,00	-14.331,00
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		
Outras Receitas Operacionais	75.013,00	55.295,00
Outras Despesas Operacionais	0,00	0,00
Resultado de Equivalência Patrimonial		
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	421.341,00	317.115,00
Resultado Financeiro	-206.113,00	-299.272,00
Receitas Financeiras	163.031,00	147.964,00
Despesas Financeiras	-369.144,00	-447.236,00
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	215.228,00	17.843,00
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.213,00	8.386,00
Corrente	-58.244,00	-7.447,00
Diferido	28.031,00	82.856,00
Resultado Líquido das Operações Continuadas	185.015,00	26.229,00
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	185.015,00	26.229,00
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	184.875,00	23.646,00
Atribuído a Sócios Não Controladores	140,00	2.583,00

Anexo 11 - DRE 2017 e 2016 – Eucatex S.A Ind e Comercio

DRE - EUCATEX SA IND E COMERCIO		
Descrição	2017	2016
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.205.361,00	1.144.450,00
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-87.576,00	-825.346,00
Variação do valor justo dos ativos biológicos	22.496,00	29.831,00
Custo dos produtos vendidos	-898.256,00	-855.177,00
Resultado Bruto	329.601,00	319.104,00
Despesas/Receitas Operacionais	-247.146,00	-24.253,00
Despesas com Vendas	-172.248,00	-175.173,00
Despesas Gerais e Administrativas	-57.869,00	-57.884,00
Despesas Gerais e Administrativas	-51.088,00	-49.335,00
Honorários da administração	-6.781,00	-8.549,00
Outras Despesas Operacionais	-17.029,00	-9.473,00
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	82.455,00	76.574,00
Resultado Financeiro	-5.115,00	-40.133,00
Receitas Financeiras	43.581,00	86.338,00
Despesas Financeiras	-94.731,00	-126.471,00
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.305,00	36.441,00
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	10.635,00	-2.931,00
Corrente	-7.835,00	-4.573,00
Diferido	1.847,00	1.642,00
Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.194,00	3.351,00
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-3,00	68,00
Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-3,00	68,00
Participação minoritária	-3,00	68,00
Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	41.937,00	33.578,00
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	41.937,00	33.578,00

Anexo 12 – Indicadores Financeiros – Madeireira Richter Ltda 2016

INDICADORES FINANCEIROS - MADEIREIRA RICHTER LTDA 2016			
---	--	--	--

LIQUIDEZ GERAL			
-----------------------	--	--	--

ATIVO CIRCULANTE + ATIVO REALIZAVEL A LP	5.254.045,20	2,85	
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO REALIZAVEL A LP	1.845.109,96		

INDICES DE ESTRUTURA PATRIMONIAL			
---	--	--	--

ENDIVIDAMENTO GERAL			
----------------------------	--	--	--

PASSIVO CIRCULANTE + Ñ CIRCULANTE	1.845.109,96	100	11,59
ATIVO	15.921.186,56		

COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO			
------------------------------------	--	--	--

PASSIVO CIRCULANTE	1.845.109,96	100	100
PASSIVO CIRCULANTE + Ñ CIRCULANTE	1.845.109,96		

INDICES DE RENTABILIDADE			
---------------------------------	--	--	--

MARGEM LÍQUIDA			
-----------------------	--	--	--

LUCRO LÍQUIDO	563.087,08	100	9,21
RECEITA LÍQUIDA	6.116.332,61		

Anexo 13 - Indicadores Financeiros – Madeireira Richter Ltda 2017

INDICADORES FINANCEIROS - MADEIREIRA RICHTER LTDA 2017			
---	--	--	--

LIQUIDEZ GERAL			
-----------------------	--	--	--

ATIVO CIRCULANTE + ATIVO REALIZAVEL A LP	6.011.464,37	2,04	
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO REALIZAVEL A LP	2.953.185,12		

INDICES DE ESTRUTURA PATRIMONIAL			
---	--	--	--

ENDIVIDAMENTO GERAL			
----------------------------	--	--	--

PASSIVO CIRCULANTE + Ñ CIRCULANTE	2.953.185,12	100	19,96
ATIVO	14.796.478,61		

COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO			
------------------------------------	--	--	--

PASSIVO CIRCULANTE	2.953.185,12	100	100
PASSIVO CIRCULANTE + Ñ CIRCULANTE	2.953.185,12		

INDICES DE RENTABILIDADE			
---------------------------------	--	--	--

MARGEM LÍQUIDA			
-----------------------	--	--	--

LUCRO LÍQUIDO	359.291,22	100	6,00
RECEITA LÍQUIDA	5.990.586,87		

Anexo 14 - Índices de Rentabilidade – Eucatex e Duratex 2017 e 2016

ÍNDICES DE RENTABILIDADE - EUCATEX SA IND E COMERCIO 2016

MARGEM LÍQUIDA

LUCRO LÍQUIDO	33.578,00	100	2,93
RECEITA LÍQUIDA	1.144.450,00		

ÍNDICES DE RENTABILIDADE - EUCATEX SA IND E COMERCIO 2017

MARGEM LÍQUIDA

LUCRO LÍQUIDO	41.937,00	100	3,48
RECEITA LÍQUIDA	1.205.361,00		

ÍNDICES DE RENTABILIDADE - DURATEX S.A. 2016

MARGEM LÍQUIDA

LUCRO LÍQUIDO	26.229,00	100	0,67
RECEITA LÍQUIDA	3.909.760,00		

ÍNDICES DE RENTABILIDADE - DURATEX S.A. 2017

MARGEM LÍQUIDA

LUCRO LÍQUIDO	185.015,00	100	4,64
RECEITA LÍQUIDA	3.990.866,00		